

As Tarefas dos Conselhos Operários

Anton Pannekoek

Fonte: [The Marxists Internet Archive](#)

Capítulo 1 - O Trabalho

Actualmente e no período que se está a iniciar, no momento em que a Europa é devastada e a humanidade empobrecida pela guerra mundial, é aos trabalhadores de todo o mundo que cumpre organizar a indústria, para se libertarem da miséria e da exploração. A sua tarefa é empreender a organização da produção dos bens. Para realizarem esta obra imensa e difícil, é necessário que conheçam plenamente o carácter do trabalho. Quanto melhor for o conhecimento que possuem da sociedade e, dentro desta sociedade, do lugar que aí devem ocupar, menos dificuldades, decepções, e fracassos encontrarão no combate a travar.

Na base da sociedade encontra-se a produção de todos os bens necessários à vida. A maior parte desta produção faz-se recorrendo a técnicas muito elaboradas, em grandes fábricas, utilizando máquinas complicadas. Este desenvolvimento das técnicas, que fez passar da pequena ferramenta, manejada por um único homem, às enormes máquinas, postas a funcionar por vastas colectividades de operários, com qualificações diferentes, operou-se no decurso dos séculos precedentes. Embora ainda sejam utilizadas pequenas ferramentas, como acessórios, e embora existam ainda numerosas pequenas oficinas, já não ocupam praticamente qualquer lugar no conjunto da produção.

Cada fábrica é uma organização minuciosamente adaptada aos seus fins, uma organização de forças, tanto inertes como vivas, de instrumentos, de operários. As formas e o carácter desta organização são determinados pelos objectivos que devem servir. Quais são estes objectivos?

Nos nossos dias, a produção é dominada pelo capital. O capitalista que possui o dinheiro funda a fábrica, compra as máquinas e as matérias-primas, contrata operários e fá-los produzir mercadorias, que podem ser vendidas. Isto significa que ele compra a força de trabalho dos operários, força essa que irá ser despendida no trabalho quotidiano, e paga-lhe o valor desta força, o salário, com o qual podem obter aquilo de que necessitam para viver e para restaurar permanentemente a sua força de trabalho. O excedente conservado pelo capitalista quando o produto é vendido, a mais-valia, constitui o lucro que, na medida em que não é consumido, é acumulado, transformando-se assim em novo capital. A força de trabalho da classe operária pode ser comparada a uma mina: pela exploração, rende mais do que o que custou. Daí a expressão: exploração do trabalho pelo Capital. O próprio Capital é produto do trabalho: é, na sua totalidade, mais-valia acumulada.

O Capital é o senhor da produção. Possui a fábrica, as máquinas, os bens produzidos, os operários trabalham sob as suas ordens, os seus objectivos dominam o trabalho e determinam o carácter da organização. O objectivo do Capital é obter lucro. O capitalista não é motivado pelo desejo de fornecer aos seus concidadãos os produtos necessários à vida; é levado pela necessidade de ganhar dinheiro. Se possui uma fábrica de sapatos, o que o move não é a piedade pelos que poderão sofrer dos pés, é simplesmente o facto de saber que a sua empresa tem de obter lucro e que abrirá falência se esses lucros forem insuficientes. A maneira normal de obter lucros é evidentemente produzir mercadorias que possam ser vendidas por bom preço, e geralmente só podem ser vendidas se forem bens de consumo necessários e práticos para quem os compra. Para obter lucros, o negociante de sapatos tem portanto de produzir bons sapatos, melhores e menos caros que os dos concorrentes. A produção capitalista consegue assim, em

período normal, atingir aquilo que deve ser o objectivo de toda a produção: fornecer à humanidade aquilo de que necessita para viver. Mas toda a gente sabe que, para o capitalista, pode ser mais rentável produzir, para os ricos, objectos de luxo supérfluos, ou, para os pobres, mercadorias ordinárias, que pode ser mais vantajoso vender a sua fábrica a um concorrente, que a pode encerrar se tal lhe aprouver.

Estes são exemplos frequentes, e mostram claramente que o objectivo primordial da produção actual continua a ser o lucro.

Este objectivo determina o carácter da organização do trabalho na fábrica. Começa por impôr a autoridade de um senhor absoluto. Se é o próprio proprietário quem dirige, tem de ter o cuidado de não perder o seu capital, bem pelo contrário tem de o aumentar. O trabalho é dominado pelo seu interesse: os operários são a sua mão-de-obra e devem obedecer. Assim são determinados o seu papel e a sua função no trabalho. Se os operários se queixarem do número demasiado elevado de horas ou do trabalho esgotante, responde-lhes insistindo no seu próprio trabalho e nas preocupações que o obrigam a manter-se acordado pela noite dentro, quando eles já regressaram a casa e só têm que se preocupar consigo próprios. Só se esquece de dizer, e de resto ele mesmo mal o compreende, que todo este trabalho, muitas vezes tão penoso, todos estes aborrecimentos que lhe tiram o sono só servem o lucro e não a própria produção. Todo o seu trabalho consiste finalmente em procurar como vender as mercadorias, como ultrapassar os concorrentes, como conseguir que um máximo de mais-valia entre nos seus cofres. Não é um trabalho produtivo, e os esforços que despense para lutar contra os concorrentes são inúteis para a sociedade. Mas ele é o patrão, e são os seus objectivos que regem a empresa.

Se este patrão da fábrica é um director contratado, sabe que foi colocado nesse posto com o fim de obter lucros para os accionistas. Se não o conseguir, é despedido e substituído por outro. Naturalmente que, se quiser dirigir o trabalho de produção, tem de ser um especialista experiente, ao corrente das técnicas utilizadas no seu ramo de actividade. Mas além disso, ou melhor, antes de mais, tem de ser um perito na arte de realizar lucros. Tem de começar por obter e dominar as técnicas de aumento de lucro líquido, por descobrir como produzir ao menor custo, como vender o melhor possível, como vencer os rivais. Qualquer director sabe isto. É isto que comanda a marcha dos negócios. É também isto que determina a organização na própria fábrica.

A organização da produção na fábrica segue portanto duas vias: a da organização técnica e a da organização comercial. O rápido desenvolvimento das técnicas no século passado, que se baseou em progressos científicos notáveis, provocou melhoramentos dos métodos de trabalho nestes campos. Ter à sua disposição uma técnica superior é a melhor arma para a concorrência: permite obter um maior lucro à custa dos concorrentes que ficarem para trás. Porque o desenvolvimento técnico aumenta a produtividade do trabalho, diminui o preço dos bens úteis e de consumo, torna-os mais abundantes e mais variados; aumenta assim as possibilidades de atingir um certo bem-estar e, baixando o custo de vida, - ou seja, o valor da força de trabalho - permite elevar consideravelmente o lucro do capital. Este alto nível de desenvolvimento técnico atraiu às fábricas um número cada vez maior de especialistas: engenheiros, químicos, físicos, cientistas competentes formados nas universidades e nos laboratórios, indispensáveis para dominar as operações técnicas complexas e melhorá-las constantemente através de novas descobertas científicas. Sob a direcção destes especialistas trabalham técnicos e operários qualificados. A organização técnica acarreta assim uma colaboração estreita entre diferentes camadas de trabalhadores: um pequeno número de especialistas com formação universitária, um maior número de profissionais qualificados e de operários especializados, e uma grande massa de operários não qualificados, que efectuam tarefas manuais. São necessários os esforços combinados de todos para fazer mover as máquinas e para produzir as mercadorias.

A organização comercial deve assegurar a venda da produção. Estuda os mercados e os preços; ocupa-se

da publicidade; forma agentes que irão incrementar as vendas. Utiliza o "management" dito científico para fazer baixar os custos de produção, repartindo o melhor possível os homens e o material; inventa estimulantes para iniciar os operários a esforços mais elevados e mais intensos. Transforma a publicidade numa espécie de ciência, ensinada mesmo nas universidades. Para os capitalistas, a organização comercial e as suas técnicas não são menos importantes do que as técnicas de produção; são a arma principal na luta entre capitalistas. Se nos colocarmos do ponto de vista de uma sociedade que deve assegurar a produção de bens necessários à vida, veremos que isto é um desperdício de talentos sem nenhuma utilidade. Directores e operários vivem integrados num meio social; partilham as mentalidades das respectivas classes. Seja qual for o lugar onde se efectue, o trabalho assume o mesmo carácter capitalista. É essa a sua característica essencial, a sua natureza profunda, apesar das diferenças superficiais constituídas pelas condições, melhores ou piores, em que é exercido.

A própria natureza do trabalho, no regime capitalista, é constituir uma extorsão. Os trabalhadores têm de ser levados, ou pela força, ou pela arte melíflua da persuasão a dar o máximo das suas forças. O próprio capital está sujeito a um constrangimento semelhante. Se não for competitivo, se os lucros forem insuficientes o negócio desmoronar-se-á. Os trabalhadores defendem-se instintivamente desta opressão por meio de uma resistência contínua. Se não o fizessem, se, voluntariamente, se deixassem arrastar, veriam que lhes seria extorquido muito mais que a sua força de trabalho quotidiana: a sua própria capacidade física de trabalhar seria consumida, a sua força vital ver-se-ia precocemente esgotada (é já o que acontece hoje em dia pelo menos até certo ponto). Seria, para eles e para a sua descendência, a degenerescência, a destruição da saúde e das forças. Por isso têm de resistir. Mesmo fora dos períodos de conflitos agudos, de greves ou de diminuição de salários, cada oficina, cada empresa é palco de uma guerra silenciosa e permanente, de uma luta perpétua feita de pressões e de contra-ofensivas. Nos altos e baixos desta luta estabelecem-se determinadas normas de salários, de tempo de trabalho, de cadências, que se situam no ponto limite entre o tolerável e o intolerável (se estas normas forem intoleráveis, toda a produção será afectada). As duas classes, trabalhadores e capitalistas, embora obrigadas a labutar juntas no quotidiano, nem por isso deixam de ser, profundamente e devido aos seus interesses contraditórios, inimigas implacáveis que, quando não se defrontam, vivem numa espécie de paz armada.

O trabalho, em si mesmo não é repugnante. É uma necessidade imposta ao homem pela natureza, para obter a satisfação das suas necessidades. O homem, como todos os outros seres vivos, tem de utilizar as suas forças para obter alimento. A natureza dotou todos os seres de órgãos corporais e de faculdades mentais, músculos, nervos e um cérebro, para se poderem adaptar a esta necessidade. As necessidades e os meios de as satisfazer estão, nos seres vivos, harmoniosamente adaptados uns aos outros, pelo menos no decurso normal da sua vida. O trabalho, ou seja, esta utilização normal dos membros e das capacidades mentais, é um impulso normal tanto do homem como do animal. Sem dúvida que há um componente de obrigação na necessidade de procurar alimentos e um abrigo. A utilização livre e espontânea dos músculos e dos nervos, ao sabor dos caprichos do trabalho e do recreio, situa-se na própria essência da natureza humana. O constrangimento imposto ao homem pela satisfação das suas necessidades obriga-o a um trabalho regular, ao recalçamento do impulso do momento, a utilização das suas forças, a um controle poderoso e assíduo. Mas deste autodomínio, por necessário que seja para a sua própria preservação, para a da família e da comunidade, o homem extrai a satisfação de ver vencidos os obstáculos existentes em si mesmo ou no mundo que o cerca, e adquire o sentimento orgulhoso de ser capaz de atingir os fins que se propôs. O hábito do trabalho regular fixou-se assim pelo seu carácter social, pelos usos e costumes da família, da tribo ou da aldeia; transformou-se numa segunda natureza, num modo de vida natural, numa unidade harmoniosa de forças e de necessidades, de tendências naturais e de deveres. O camponês, por exemplo, durante uma vida de trabalho, muito dura ou tranquila, transforma a natureza que o rodeia num lugar onde se sente seguro. Do mesmo modo para todos os povos, cada um com os seus traços específicos, o modo de produção artesanal permitiu ao artesão utilizar alegremente as suas capacidades e a sua imaginação para fabricar coisas úteis e simultaneamente belas e boas.

Tudo isto foi destruído quando o Capital se transformou no senhor do trabalho. Com a produção para o mercado, para a venda, os bens transformam-se em mercadorias que, além da utilidade que assumem para o comprador, possuem um valor de troca que de algum modo corresponde ao trabalho realizado para as produzir. Este valor de troca determina o dinheiro que rende a venda. Outrora um operário que trabalhasse um tempo razoável - salvo nos casos excepcionais em que se podia exigir dele um esforço violento - podia produzir o suficiente para viver. Mas o lucro capitalista é constituído precisamente por aquilo que o operário produz para além do que necessita para viver. Quanto maior for o valor daquilo que produz e quanto menor for o valor daquilo que consome, mais importante será a mais-valia confiscada pelo Capital. Dai que as necessidades vitais do operário sejam reduzidas, que o seu nível de vida seja baixado o mais possível, que o tempo de trabalho seja aumentado, que as cadências sejam aceleradas. O trabalho perde totalmente o antigo carácter de utilização agradável do corpo e dos membros. Transforma-se numa calamidade e numa degradação. É este o seu verdadeiro carácter, sejam quais forem as disposições introduzidas pelas leis sociais e pela acção sindical, ambas decorrentes da resistência desesperada dos trabalhadores face a uma degradação insuportável. Mas tudo quanto podem esperar desse lado é conseguir fazer passar o capitalismo do estágio do absurdo poder total ao da exploração normal. Mesmo neste último caso, o trabalho, sob um regime capitalista, conservará sempre o seu carácter intrínseco de servidão penosa e desumana. Para não morrerem de fome, os trabalhadores são obrigados a pôr as suas forças à disposição de uma direcção que lhes é estranha, para lucros que lhes são estranhos, num fabricar desinteressante de coisas desinteressantes ou de má qualidade. Forçados a dar o máximo que o corpo esgotado pode dar, os trabalhadores gastam-se antes do tempo. Economistas ignorantes, que não conhecem a verdadeira natureza do capitalismo, só vêm a profunda aversão dos operários pelo seu trabalho, e concluem daí que o trabalho produtivo, pela sua própria natureza, é repugnante para o homem e deve portanto ser imposto, a bem ou a mal, à humanidade, através dos mais severos constrangimentos.

Evidentemente, este carácter do trabalho nem sempre é conscientemente percebido pelos trabalhadores. Por vezes, reaparece igualmente o carácter primitivo do trabalho, esse impulso instintivo para a acção geradora de satisfação. Em particular, jovens trabalhadores, ignorantes da natureza do capitalismo, ambicionando mostrar as suas capacidades, impacientes por se verem reconhecidos como operários plenamente qualificados, sentem em si uma espécie de força de trabalho inesgotável. O capitalismo tem métodos judiciosos para explorar esta disposição. Só mais tarde quando surgem, cada vez maiores, as preocupações e as obrigações familiares, é que o operário se vai sentir apanhado entre os constrangimentos e os limites das suas forças, acorrentado por inexoráveis obstáculos de que não consegue libertar-se. Por fim, sente as forças fugirem-lhe numa idade em que o homem da burguesia está no apogeu da sua força e da sua maturidade. Tem então de suportar a exploração com uma resignação silenciosa temendo ser posto de parte, como uma ferramenta usada.

Por muito mau e condenável que possa ser o trabalho em regime capitalista, a falta de trabalho é ainda muito pior. Como qualquer mercadoria, a força de trabalho não encontra por vezes comprador. A liberdade problemática, deixada ao trabalhador, de escolher o seu patrão, vai de par com a liberdade que o capitalista tem de contratar ou despedir os seus operários. O desenvolvimento contínuo do capitalismo, a criação de novas empresas, o declínio e a falência das mais antigas dispersam permanentemente os trabalhadores: aqui, reúnem-se grandes massas de trabalhadores, acolá despedem-se. No fundo, devem considerar-se muito felizes quando são autorizados a deixarem-se explorar. Dão-se então conta de que estão à mercê do capitalismo. Só com o consentimento dos patrões têm acesso as máquinas, essas máquinas que esperam por eles para poderem funcionar.

O desemprego é o pior flagelo da classe operária. É inerente ao capitalismo. É uma calamidade que ressurgue sempre. Acompanha as crises e as depressões periódicas que, durante todo o domínio do capitalismo, destroçaram a sociedade a intervalos regulares, e que são uma consequência da anarquia da produção capitalista. Cada capitalista, enquanto senhor independente da sua empresa, é livre para a dirigir como muito bem entende, para produzir o que lhe parece lucrativo, ou para fechar a fábrica quando os

lucros diminuem. Em oposição à organização minuciosa que reina no interior da fábrica, há uma falta absoluta de organização da produção social global. O rápido crescimento do capital, resultado da acumulação dos lucros, a necessidade de encontrar lucros também para este novo capital conduzem a um aumento rápido da produção. Esta inunda assim o mercado com produtos invendáveis. Depois vem a queda, que não só reduz os lucros e destrói o capital supérfluo, como ainda expulsa das fábricas exércitos de trabalhadores, abandonando-os unicamente aos seus recursos, ou a uma caridade irrisória. Nessa altura os salários diminuem, as greves são ineficazes, a massa de desempregados pesa muito nas condições de trabalho. O que se ganhou com duras batalhas num momento de prosperidade é muitas vezes perdido na crise. O desemprego sempre foi o principal obstáculo ao aumento contínuo do nível de vida da classe operária.

Alguns economistas afirmaram que o desenvolvimento moderno da grande indústria faria desaparecer esta alternância perniciosa de crise e prosperidade. Esperavam que os trusts e os cartéis, monopolizando, como fazem, vastos sectores da indústria, trouxessem um pouco de ordem e de organização à anarquia da produção e reduzissem as irregularidades desta. Não tomavam em conta o facto de a corrida aos lucros continuar, conduzindo os grupos organizados a uma competição ainda mais renhida. A incapacidade do capitalismo moderno para vencer a sua própria anarquia manifestou-se claramente na altura da crise mundial de 1930. Durante longos anos, pareceu que a produção se havia definitivamente desmantelado. Em todo o mundo, milhões de operários, de camponeses, e mesmo de intelectuais viram-se reduzidos a viver de socorros que os governos eram obrigados a prestar-lhes: a crise da actual guerra decorre directamente desta crise da produção.

Esta crise orientou os holofotes da história para o verdadeiro carácter do capitalismo e para a impossibilidade de o fazer durar. Para milhões de pessoas era já impossível obter o estritamente necessário. Havia milhões de operários em plena posse das suas forças que só procuravam trabalho; havia milhões de máquinas, em milhares de fábricas, à espera de serem postas a funcionar para produzirem mercadorias em abundância. Mas isso não era permitido. O direito de propriedade capitalista sobre os meios de produção erguia-se entre os operários e as máquinas. Este direito de propriedade, defendido se necessário pelas forças da polícia e do Estado, impedia os operários de tocarem nas máquinas e de produzirem aquilo de que a sociedade e eles próprios necessitavam para viver. As máquinas enferrujar-se-iam paradas, os trabalhadores passariam a vaguear desocupados e a aguentar a sua miséria. Porquê? Porque o capitalismo é incapaz de pôr em marcha as enormes capacidades técnicas e produtivas da humanidade para o seu verdadeiro objectivo: a satisfação das necessidades da sociedade.

Não há dúvida que o capitalismo tenta actualmente iniciar uma espécie de organização e de planificação da produção. A sua insaciável sede de lucros não pode ser satisfeita dentro dos seus limites tradicionais. É levado a estender-se a todo o mundo, a apropriar-se de todas as riquezas, a abrir mercados e a subjugar as populações dos outros continentes. Os grupos capitalistas têm de, à custa de uma competição sem piedade, procurar conquistar ou conservar as partes mais ricas do mundo. A classe capitalista de Inglaterra, de França, da Holanda obtinha lucros fáceis explorando ricas colónias, conquistadas durante guerras passadas. Na mesma altura, o capitalismo alemão podia apenas contar com a sua própria energia, com as suas capacidades e, a despeito do seu desenvolvimento rápido, só lutando pelo domínio do mundo, só preparando-se para a guerra mundial, poderia obter a sua parte, já que chegara demasiado tarde à partilha do mundo colonial. Tinha de ser ele o agressor, e os outros os «agredidos». Foi assim o primeiro a pôr em acção e a organizar todas as forças da sociedade com vista a atingir este objectivo, e os outros tiveram que seguir o seu exemplo.

Nesta luta pela vida entre grandes potências capitalistas, a ineficácia do capitalismo privado não podia ser tolerada por muito mais tempo. O desemprego surgia como um desperdício, não só estúpido como criminoso de forças produtivas cuja necessidade era absolutamente vital. Era necessária uma organização

estrita e minuciosa para assumir o pleno emprego de todas as forças de trabalho e do potencial de luta da nação. O carácter insustentável do capitalismo revelava-se a partir desse momento sob um aspecto muito diferente, mas igualmente ameaçador. O desemprego transformava-se no seu contrário, o trabalho obrigatório. Trabalho forçado, o desses combates nas fronteiras em que milhões de homens jovens e fortes, dotados dos meios de destruição mais aperfeiçoados, se mutilam, se matam uns aos outros, se exterminam, se suprimem mutuamente para o domínio mundial dos seus patões capitalistas. Trabalho forçado, o que é executado nas fábricas por todo o resto da população, incluindo mulheres e crianças, que tem de produzir ininterruptamente cada vez mais instrumentos de morte, ao passo que a produção do necessário vital se limita estritamente ao mínimo. A rarefacção de tudo o que é necessário à vida, a penúria, o regresso à barbárie mais miserável e mais atroz, eis a consequência do extremo desenvolvimento da ciência e da técnica, eis o fruto glorioso do pensamento e do trabalho de tantas gerações! E porquê? Porque, apesar de todos os discursos enganadores sobre a comunidade e a fraternidade, o capitalismo organizado é, também ele, completamente incapaz de pôr a funcionar as ricas forças produtivas da humanidade para aquilo que é o seu verdadeiro objectivo, não faz senão utilizá-las como meios de destruição.

A classe operária vê-se assim face à necessidade de tomar ela própria em mãos a produção. O domínio sobre as máquinas, sobre os meios de produção, tem de ser retirado das mãos indignas dos que dele fazem tal uso. É a causa comum de todos os produtores, de todos os que asseguram o trabalho produtivo na sociedade: os operários, os técnicos, os camponeses. Mas é as principais e eternas vítimas do sistema capitalista - que além disso constituem a maioria da população -, aos operários, que compete a tarefa de se libertarem, a si próprios e ao mesmo tempo ao mundo, deste flagelo. Têm que se apropriar dos meios de produção. Tem de se transformar em donos das fábricas, em donos do seu próprio trabalho e de conduzi-lo segundo a sua própria vontade. Nesse momento as máquinas reassumirão o seu verdadeiro destino: a produção em abundância dos bens destinados a satisfazer as necessidades da vida de todos.

É esta a tarefa dos trabalhadores no período que se inicia. É esta a única via para a liberdade; é a revolução para que se encaminha a sociedade, revolução que irá subverter totalmente o carácter da produção; na base desta irão estar novos princípios. E, desde logo, porque a exploração terá cessado. O produto do trabalho comum pertencerá aos que tiverem participado na obra comum. Já não haverá mais-valia para o capital, nem açambarcamento de uma parte do produto social por parasitas capitalistas.

Mais importante que o fim da apropriação de uma parte do produto social será o fim do domínio do Capital sobre a produção. A partir do momento em que os operários sejam donos das fábricas, os patrões perderão a possibilidade de deixar paradas as máquinas, essas riquezas da humanidade, esses produtos preciosos dos esforços intelectuais e manuais de tantas gerações de trabalhadores e de investigadores. Com os capitalistas, desaparecerá o poder de impôr a produção de objectos supérfluos, de produtos de luxo ou de mercadorias ordinárias. Quando os operários tiverem o controle das máquinas, servir-se-ão delas para produzir tudo o que é necessário a vida da sociedade.

Isto só será possível reagrupando todas as fábricas, membros separados de um mesmo corpo, num sistema de produção bem organizado. Os contactos que, no capitalismo, são resultado fortuito do mercado e de uma competição cega, dependente da oferta e da procura, passarão então a ser objecto de uma planificação consciente. Em vez das tentativas de organização imperfeitas e parciais do capitalismo moderno, cujo resultado é tornar mais ferozes as lutas e as destruições, ir-se-á desenvolver uma organização perfeita da produção, que se alargará num sistema de colaboração à escala mundial, porque as classes dos produtores não poderão entrar em competição, mas tão somente colaborar.

Estas três características da nova produção definem um mundo novo. O fim do lucro capitalista, o fim do sub-emprego dos homens e das máquinas, a regulação consciente e adequada da produção, o aumento

desta produção graças a uma organização eficiente darão a cada trabalhador uma maior quantidade de bens contra um trabalho menor. Uma nova via se abre agora para um desenvolvimento muito mais vasto da produtividade. Pela aplicação de todos os progressos técnicos, a produção aumentará de tal modo que a abundância para todos se fará acompanhar do desaparecimento de todo o trabalho penoso.

Capítulo 2 - A Lei e a Propriedade

Uma tal transformação do sistema de trabalho implica uma transformação do Direito. Não se trata, evidentemente, de fazer votar novas leis no parlamento e pelo Congresso. Estas transformações atingem as próprias bases da sociedade, todos os seus costumes e as suas práticas, muito além das modificações provisórias que resultam dos actos parlamentares. Esta transformação reporta-se às leis básicas de toda a sociedade e não apenas de um determinado país, porque se fundamentam nas convicções dos homens sobre o Direito e a Justiça.

As leis não são imutáveis. As classes dominantes sempre tentaram preservar o Direito existente, proclamando que se baseia na natureza, que se fundamenta nos direitos eternos do homem, ou que é consagrado pela religião. Tudo isto tem como objectivo único consolidar os seus privilégios e votar as classes exploradas a uma escravidão perpétua. Na história, pelo contrário, é bem evidente que as leis se modificam incessantemente, segundo as concepções do bem e do mal que, também elas se vão modificando.

O sentido do bem e do mal, a consciência da justiça, não são coisas acidentais no homem. Tudo isto se desenvolve, irresistivelmente e naturalmente, a partir da sua experiência, a partir das condições fundamentais da sua vida. A sociedade tem de viver, e por isso as relações entre os homens devem ser reguladas de maneira tal que a produção do necessário vital se possa processar sem entraves (e é este o papel da lei). É justo antes de tudo, o que é bom e necessário para viver; não só útil no momento presente, mas necessário em geral tanto para a vida de um único indivíduo como para a de todos, considerados no seu conjunto, isto é, como comunidade, não tomando unicamente em consideração os interesses pessoais ou temporários, mas igualmente a felicidade duradoura de todos. Quando mudam as condições de vida, quando o sistema de produção se desenvolve e assume novas formas, as relações entre os homens modificam-se, e simultaneamente o sentido que os homens têm do bem e do mal. A lei tem então de ser modificada.

Isto transparece claramente nas leis que regem o direito de propriedade. No estado original, selvagem e bárbaro, a terra era considerada como pertencendo a uma tribo que nela vivia, caçava ou apascentava gado. Para empregar a linguagem de hoje, pode dizer-se que o território era propriedade comum da tribo, que o utilizava para viver e o defendia contra as outras tribos. As armas, os utensílios, que o indivíduo podia fabricar com as suas próprias mãos, eram de certo modo pessoais, eram a sua propriedade privada, mas não no sentido exclusivo, consciente, que este termo assume para nós, e isto devido aos laços mútuos e poderosos que uniam os membros da tribo. Não eram leis e sim usos e costumes que regulamentavam as relações mútuas. Esses povos primitivos e mesmo, em épocas mais próximas de nós, determinadas populações agrícolas (como, por exemplo, os camponeses russos de antes de 1860) não podiam conceber a ideia de propriedade privada de uma parcela de terreno, tal como nós não podemos conceber a ideia de propriedade privada de uma determinada quantidade de ar.

Estas regulamentações tiveram de se modificar quando as tribos se estenderam e se fixaram, desbastaram as florestas, se dispersaram em individualidades distintas (ou seja, em famílias), trabalhando cada uma uma parcela distinta. Modificaram-se ainda mais quando o artesanato se separou da agricultura, quando o trabalho ocasional de todos passou a ser o trabalho permanente de alguns, quando os produtos se transformaram em mercadorias destinadas à venda, quando se estabeleceu um comércio regular, quando os produtos passaram a ser consumidos por outros que não os produtores. Era contudo natural que o

camponês, que havia trabalhado uma parcela de terra, que a havia melhorado, que tinha labutado ele próprio, sem recorrer a outras pessoa, dispusesse livremente da terra e dos utensílios, que o produto da terra lhe pertencesse, que a terra e a produção que dela extraía continuassem a ser propriedade sua. Todavia, na Idade Média, foram feitas restrições a estas regulamentações: assumiram a forma de obrigações feudais, tornadas necessárias para assegurar a defesa das terras. Por outro lado, era natural que o artesão, único a manejar os seus utensílios, deles dispusesse em exclusivo, tal como dos objectos que fabricava: continuava a ser o único proprietário deles.

A propriedade privada passou deste modo a ser a lei fundamental de uma sociedade baseada em unidades de trabalho de pequena dimensão. Sem que tenha sido expressamente formulado, isto foi sentido como um direito necessário: quem utilizasse exclusivamente os utensílios, a terra, um produto, devia ser dono deles, e dispor deles livremente. A propriedade privada dos meios de produção é própria do pequeno comércio, é o seu complemento jurídico necessário.

Nada deste ponto de vista se modificou quando o capitalismo se transformou em senhor da indústria. Quando muito, estes princípios foram expressos, com uma clareza ainda maior, pela Revolução Francesa que, em pleno conhecimento de causa, proclamou a liberdade, a igualdade e a propriedade como direitos fundamentais do cidadão. E era nem mais nem menos que a propriedade privada dos meios de produção que vemos manifestar-se quando, em vez de alguns aprendizes, o mestre de ofício recrutava servos, em número cada vez maior, para o auxiliarem no seu trabalho, a quem fornecia utensílios que continuavam a ser propriedade sua, e que fabricavam, para ele, produtos destinados à venda. Por intermédio da exploração da força de trabalho dos operários, as fábricas e as máquinas, propriedade privada do capitalista, transformaram-se em fonte de uma acumulação, imensa e sempre crescente de capital. A propriedade privada desempenha assim uma nova função na sociedade. Enquanto propriedade capitalista, trouxe o poder e uma riqueza cada vez maior a uma nova classe dirigente: os capitalistas; permite-lhes desenvolver poderosamente a produtividade do trabalho e estender o seu domínio sobre a terra inteira. Esta instituição jurídica, apesar da degradação e da miséria dos trabalhadores explorados, surgiu assim como uma instituição benéfica e mesmo necessária, veiculando a promessa de um progresso ilimitado da sociedade.

Pouco a pouco, este desenvolvimento provocou transformações no carácter interno do sistema social. A função da propriedade privada modificou-se de novo. Com as sociedades por acções, cindiu-se o duplo carácter do proprietário capitalista (dirigir a produção e meter ao bolso a mais-valia). Outrora intimamente ligados, o trabalho e a propriedade estão presentemente separados. Os proprietários são, hoje, accionistas que vivem fora do processo de produção, que preguiçam nas suas longínquas casas de campo e que, por vezes, jogam na bolsa. Um accionista não tem ligações directas com o trabalho. A sua propriedade nada tem a ver com as ferramentas de que se serviria para trabalhar. A sua propriedade consiste simplesmente em bocados de papel, em partes nas empresas, que ele nem sequer sabe onde funcionam. A sua função na sociedade é de parasita. A sua propriedade não significa que ele comande e dirija as máquinas (é tarefa unicamente do director), simplesmente, ele pode reclamar uma determinada quantia de dinheiro sem Ter que trabalhar para o obter. A propriedade daquilo que tem em mãos, as suas acções, são certificados que indicam os seus direitos - garantidos pela lei, pelo governo, pela justiça, pela política - de participar nos lucros. Títulos de co-participação nesta grande Sociedade para a Exploração do Mundo, eis o que é hoje o capitalismo.

O trabalho nas fábricas é completamente distinto das actividades accionistas. O director e os quadros todo o dia têm de dirigir, correr por todo lado, pensar em tudo; os operários trabalham e pensam de manhã à noite, pressionados, maltratados. Cada um tem de se esforçar por dar o máximo, por produzir o mais possível. Mas o produto do trabalho comum não é para os que o forneceram. Outrora, os burgueses eram despojados pelos salteadores de estradas. Hoje, pessoas inteiramente estranhas à produção vêm, fazendo

valer os seus papéis - como detentores de acções devidamente registadas - apoderar-se da maior parte do produto. Nem sequer têm de fazer o uso da violência, não têm que mexer uma palha: a parte que lhes cabe é automaticamente depositada na sua conta bancária. Quanto àqueles que, em conjunto, forneceram o trabalho, só lhes é deixado um soldo de miséria ou um salário modesto. Tudo o resto se transforma em dividendo levado pelos accionistas. Será loucura? É a nova função da propriedade privada dos meios de produção. É simplesmente o que dá, na prática, a herança da velha lei, aplicada às novas formas de trabalho a que já não está de modo nenhum adaptada.

Pode assim ver-se como, devido à modificação gradual das formas de produção, a função social instituição jurídica se transforma no oposto daquilo que era inicialmente. A propriedade privada que, originalmente, era um meio de dar a cada um a possibilidade de desempenhar um trabalho produtivo, transformou-se num meio de privar os trabalhadores da livre utilização dos instrumentos de produção. Enquanto que, originalmente, esta propriedade garantia ao produtor a possibilidade de dispor do fruto do seu trabalho, transformou-se no meio pelo qual os trabalhadores são desapossados deste fruto por uma classe de parasitas inúteis.

Como é possível que leis tão obsoletas continuem a dominar a sociedade? Para começar, são numerosos os que ainda a elas se agarram, porque pensam que elas garantem a pequena propriedade e a vida das classe médias e de todos os "pequenos" camponeses, artesãos independentes; mas não vêm que, na realidade, são frequentemente vítimas da usura e do Capital bancário, que os tem na mão por intermédio dos títulos de propriedade, devidamente hipotecados. Quando dizem: "sou dono de mim mesmo", querem dizer: "não tenho que obedecer a um estranho". São totalmente incapazes de imaginar uma comunidade no trabalho, ou seja, um grupo onde iguais colaborariam numa mesma tarefa. Mas, e muito mais que isso, se tais leis subsistem é sobretudo porque o poder do Estado, com a sua força policial e militar, as impõe, no interesse da classe dominante: os capitalistas.

Na classe operária, a consciência desta contradição começa a manifestar-se, sob a forma de noções novas de Direito e de Justiça. A transformação do pequeno comércio em grandes empresas faz com que o direito antigo se tenha tornado nefasto e que tenha sentido como tal. Ele ergue-se contra a regra evidente que os que fornecem o trabalho e utilizam os instrumentos de trabalho devem dispor deles para executar e ordenar o trabalho da melhor maneira possível. A pequena ferramenta, o retalho de terra podiam ser utilizados e trabalhados por uma única pessoa e a família. Os que deles dispunham deste modo eram os seus proprietários. As grandes máquinas, as fábricas, as grandes empresas só podem ser utilizadas por um corpo organizado de trabalhadores, por uma comunidade de forças em colaboração. Por isso este corpo, esta comunidade, terá de dispor delas para organizar o trabalho segundo a vontade comum dos seus componentes. Esta propriedade comum não significa propriedade no sentido antigo da palavra, quer dizer, o direito de a usar ou desperdiçar segundo a sua própria vontade. Cada empresa não é mais que uma parte do aparelho produtivo total da sociedade; por isso, o direito de qualquer organismo, ou qualquer colectividade de produtores deverá estar limitado pelo direito superior da sociedade, e tem de ser considerado e posto em prática através de ligações regulares com todos os outros.

A propriedade comum não deve ser confundida com propriedade pública. Na propriedade pública, muitas vezes defendida por eminentes reformadores sociais, o Estado ou outro órgão político é o dono da produção. Os operários não são donos do seu trabalho, são dirigidos por funcionários do Estado que organizam e dirigem a produção. Quaisquer que possam ser as condições de trabalho, quer os operários sejam ou não tratados de maneira humana e com muita consideração, o facto fundamental continua a ser este: não são os operários produtores, mas sim os quadros do Estado, que dispõem dos meios de produção, que dispõem do produto, que dirigem todo o processo de produção e que decidem qual a parte da produção que irá ser reservada para as inovações, para a substituição do material, para os melhoramentos e para as despesas sociais; são portanto eles que decidem que parte do produto social deve

caber aos trabalhadores e que parte irão guardar para si. Os operários recebem portanto um salário, uma parte do produto, determinado pelos dirigentes. Sob o regime de propriedade pública dos meios de produção, os trabalhadores são ainda dominados e explorados por uma classe dominante. A propriedade pública é o programa burguês de uma forma moderna e disfarçada de capitalismo. A propriedade comum dos produtores deverá ser o único objectivo da classe operária.

Uma revolução no sistema de produção está portanto estreitamente ligada a uma revolução no domínio do Direito. Baseia-se numa mutação das concepções mais profundas do Direito e da Justiça. Cada sistema de produção é a aplicação de uma determinada técnica combinada com um determinado Direito que rege as relações entre os homens no seu trabalho, que fixa os direitos e deveres destes.

O nível técnico da pequena ferramenta, associado à propriedade privada, implica uma sociedade de pequenos produtores livres fazendo-se livremente concorrência. O nível técnico das máquinas complexas, associado ao regime da propriedade privada, corresponde ao capitalismo. A técnica das máquinas complexas, associada à propriedade comum, implica uma colaboração livre entre todos os homens. O capitalismo não passa de um sistema intermédio, de uma forma de transição, resultante da aplicação do Direito antigo a técnicas novas. O desenvolvimento das técnicas aumentou enormemente o poder do homem; a lei que vinha do passado e que regulamentava a utilização destas forças técnicas manteve-se quase inalterada. Não espanta por isso que ela se tenha mostrado tão inadequada e a sociedade tenha caído numa tal desordem. É este o sentido profundo da actual crise mundial: a humanidade descuroou pura e simplesmente a adaptação a tempo das suas velhas leis ao novo poder das técnicas. E é por isso que tem presentemente de sofrer tantas ruínas e destruições.

A técnica é um dado da época. O seu desenvolvimento rápido é com toda a evidencia obra do homem, o culminar normal da reflexão sobre o trabalho, da experiência e da experimentação, de esforços e de competição. Mas uma vez adquirida, a aplicação de uma técnica é automática, independente da nossa livre escolha, imposta como uma força inata da natureza. Não podemos voltar a atrás, como desejaram os poetas, e voltar a utilizar os pequenos utensílios dos nossos antepassados. Além disso, o Direito deve ser fixado pelo homem em plena consciência.

Tal como está estabelecido, o Direito determina, em relação aos homens e ao equipamento técnico, a liberdade ou a sujeição desses homens.

Quando a lei existente se transforma num meio de exploração e de opressão, na sequência do desenvolvimento silencioso da técnica, passa a ser objecto de conflito entre as classes sociais, os exploradores e os explorados. Enquanto a classe explorada admitir respeitosamente que a lei actual é o Direito e a Justiça personificados, a sua exploração continuará a ser legal e incontestada. Mas as massas tomam progressivamente consciência da sua exploração; surgem então novas concepções do Direito. À medida que se desenvolve o sentimento de que a lei existente é contrária à justiça, amplia-se a vontade de transformar e de fazer das novas concepções de Direito e de Justiça a lei da sociedade. Isto significa que o sentimento de laborar no erro não é suficiente. Só quando este sentimento se transformar numa convicção clara e profunda para grandes massas de trabalhadores, quando tiver penetrado todo o seu ser, comunicando-lhes uma firme determinação e um entusiasmo ardente é que poderão jorrar as forças necessárias para a transformação radical das estruturas sociais. Mas isto não passará ainda de uma condição preliminar. Será necessária uma luta longa e penosa para vencer a resistência da classe capitalista, que defenderá o seu poder até ao último extremo e com todos os recursos da sua força; uma tal luta impõe-se para estabelecer uma ordem social nova.

Capítulo 3 - A Organização no Local de Trabalho

A ideia de propriedade comum dos meios de produção ameaça a instalar-se no espírito dos trabalhadores. Logo que tomarem consciência de que a ordem nova, de que o seu próprio domínio sobre o trabalho é uma questão de necessidade e de justiça, todos os seus pensamentos e actos se dirigirão no sentido da sua realização. Eles sabem que isso não se consegue num dia. Será inevitável um longo período de luta. Para vencer a resistência obstinada das classes dirigentes, os trabalhadores terão que desenvolver todos os seus esforços, até aos mais extremos recursos. Terão que utilizar todas as suas faculdades, tanto as que relevam da inteligência como as que relevam da força de carácter, todas as suas capacidades de organização, todos os seus conhecimentos. Terão que mostrar-se capazes de reunir tudo quanto puderem mobilizar. Mas, antes de mais, terão que determinar claramente o objectivo visado e o que representa a ordem nova a estabelecer.

Quando um homem tem um trabalho a fazer, deve começar por concebê-lo na sua mente, sob a forma de um plano ou de um projecto mais ou menos consciente. Eis o que distingue as acções dos homens dos actos puramente instintivos dos animais. Isto também é válido em principio, nas lutas comuns, nas acções revolucionárias das classes sociais. Não inteiramente, é evidente, porque há uma grande parte de acções espontâneas e não premeditadas nas explosões de uma revolta apaixonada. Os trabalhadores em luta não são um exército conduzido por um estado-maior de chefes competentes, agindo segundo um plano minuciosamente preparado. Formam uma massa que, a pouco e pouco, emerge da submissão e da ignorância, que, a pouco e pouco, toma consciência da exploração, que se vê obrigada a lutar implacavelmente por melhores condições de vida e que, assim, vê a sua força desenvolver-se gradualmente. Joram novos sentimentos, elevam-se novos pensamentos: dizem respeito ao que poderia ser, ao que deveria ser o mundo. Agora, têm em mente novos desejos, novos ideais, novos objectivos que determinam a sua vontade e guiam os seus actos. Pouco a pouco, as perspectivas esboçam-se mais claramente. Aquilo que inicialmente, não era mais que uma simples luta por melhores condições de trabalho, dá origem a ideias de reorganização fundamental da sociedade. O ideal de um mundo sem exploração nem opressão assediou durante gerações a mente dos trabalhadores. A concepção dos trabalhadores como donos dos meios de produção, devendo dirigir, eles próprios, o trabalho, impõe-se cada vez mais claramente a todos.

Devemos aplicar todos os recursos da nossa inteligência para procurar saber e explicar, tanto para nós como para os outros, qual será esta nova organização do trabalho. Não podemos extraí-la unicamente da nossa imaginação; deduzimo-la das condições reais e das necessidades do trabalho e dos trabalhadores no momento actual.

Não pode, bem entendido, ser exposta detalhadamente: nada conhecemos das condições futuras que irão determinar as suas formas precisas. Estas formas definir-se-ão no espírito dos trabalhadores quando eles afrontarem essa tarefa. De momento, devemos contentar-nos com traçar unicamente as linhas gerais, as ideias directrizes que irão orientar as acções da classe operária. Estas ideias serão como que uma estrela, como o objectivo supremo para o qual os trabalhadores lançarão permanentemente o olhar quando, durante a luta, conhecerem as alternâncias de vitórias e de derrotas, as sequências de sucessos e de fracassos na sua auto-organização. Estas ideias directrizes devem ser tornadas mais claras, não por minuciosas descrições de detalhe, mas essencialmente pela comparação entre os princípios deste mundo novo e as formas de organização existentes que já conhecemos.

Quando os operários se apoderarem das fabricas para organizarem o trabalho verão levantar-se inúmeros problemas, novos e espinhosos. Mas disporão também de novas forças igualmente numerosas. Um novo sistema de produção nunca é uma estrutura artificial edificada unicamente pela vontade dos homens. Brota como um processo irresistível da natureza, como uma convulsão que abala a sociedade no mais profundo de si mesma, libertando as mais poderosas forças e paixões do homem. É o resultado de uma luta de classe longa e obstinada.

Só através deste combate podem nascer e desenvolver-se as forças necessárias para a construção de um mundo novo.

Quais serão as bases deste mundo? Serão as forças sociais: a fraternidade e a solidariedade, a disciplina e o entusiasmo; serão as forças morais: a abnegação e a dedicação à comunidade; serão as forças espirituais: o saber, a coragem, a perseverança; será a sólida organização que congrega e encaminha para um objectivo último estas forças que, todas, são a concretização da luta de classe. Não se pode criá-las antecipadamente por uma acção voluntarista. Os primeiros sintomas dessas forças surgirão nos trabalhadores espontaneamente, a partir da sua exploração comum; desenvolver-se-ão incessantemente através das necessidades da luta, sob a influência da experiência, do estímulo mútuo, da educação recíproca. Nascerão necessariamente, porque a sua expansão trará a vitória, ao passe que a sua ausência é sinónimo de derrota. Enquanto estas forças sociais continuarem insuficientemente desenvolvidas, enquanto os novos princípios não ocuparem completamente o coração e a mente dos trabalhadores, fracassarão as tentativas para construir um mundo novo, mesmo se as lutas obtiverem um certo sucesso. Porque os homens têm de viver, a produção tem de continuar e, na sua ausência, outras forças, de coacção, de repressão e de regressão tomarão em mãos a produção. Deverá então retomar-se o combate, até que as forças sociais da classe operária atinjam um poder tal que possam conduzir a auto-governação, ao domínio total da sociedade.

A tarefa maior é, para os trabalhadores, a organização da produção em novas bases. Deverá começar pela organização no interior da fábrica. Também o capitalismo possui uma organização minuciosamente planificada; mas os princípios da nova organização serão totalmente diferentes. Em ambos os casos, as bases técnicas serão as mesmas: é a disciplina do trabalho, imposta pelo ritmo regular das máquinas. Mas as bases sociais, as relações mútuas entre os homens serão o oposto do que foram. A colaboração entre camaradas, iguais entre si, substituirá o comando dos patrões e a obediência dos que os serviam. O medo da fome e do risco permanente de perder o trabalho serão substituídos pelo sentido do dever, pela dedicação à comunidade, pelos louvores ou censuras feitos pelos camaradas aos esforços e às realizações de cada um e que agirão como estimulantes. Em vez de serem os instrumentos passivos e as vítimas do Capital, os trabalhadores serão os donos e os organizadores da produção, seguros de si, exaltados pelo orgulho de cooperarem activamente no aparecimento de uma nova humanidade.

O órgão de gestão, nesta organização da fábrica, será constituído pela colectividade dos trabalhadores que nela colaborarem. Reunir-se-ão para discutir todos os problemas e tomarão as decisões em assembleia. Assim, todos os que tomarem parte no trabalho participarão na organização do trabalho comum. Este método impõe-se naturalmente como evidente e normal; parece ser idêntico ao que é adoptado em regime capitalista pelos grupos e sindicatos de trabalhadores quando decidem, pelo voto, assuntos comuns. Mas existem diferenças essenciais. Nos sindicatos, encontramos habitualmente uma divisão do trabalho entre os delegados e os membros: os delegados preparam e enunciam as propostas e os filiados votam. A fadiga dos corpos e a lassidão dos espíritos obrigam os trabalhadores a delegar noutros a tarefa de conceber os projectos. Só muito parcialmente e aparentemente é que se ocupam dos seus próprios assuntos. Na organização em comum da fábrica deverão fazer eles próprios tudo ter as ideias, elaborar os projectos, bem como tomar as decisões. A dedicação e a emulação não se limitarão a desempenhar um papel no trabalho de cada um, mas serão ainda mais importantes na tarefa comum de organizar toda a produção. Para começar, porque se trata de uma obra comum, logo da maior importância, que não podem deixar para outros fazerem. Seguidamente, porque está em relação directa com o sistema das relações mútuas no seio do seu próprio trabalho, que a todos diz respeito e em que todos são competentes. É por isso que esta tarefa deve absorver toda a sua atenção e que os problemas postos se devem resolver através de discussões profundas. Não é unicamente com o esforço físico, mas mais ainda com o esforço intelectual que cada um deverá contribuir para a organização geral da produção e estes esforços serão objecto da emulação e da apreciação recíprocas. A discussão deverá além disso apresentar um carácter diferente daquele que existe nas associações e nos sindicatos sob o regime capitalista, onde se verificam sempre divergências devidas á

existência de interesses pessoais, onde cada um, no mais profundo da sua consciência, se preocupa antes de mais com a sua sorte pessoal e onde as discussões têm por função ajustar e aplanar as diferenças com vista a uma acção comum. Na nova comunidade do trabalho, pelo contrário, todos os interesses serão essencialmente os mesmos e todos os pensamentos serão orientados para o objectivo comum da organização, numa cooperação efectiva.

Nas grandes fabricas, o número de operários é demasiado elevado para que possam reunir numa assembleia única e para que possam levar a cabo uma discussão real e profunda. As decisões só poderão ser tomadas a dois tempos: pela acção combinada de assembleias nas diferentes oficinas da fábrica com as assembleias de comités centrais de delegados. As funções e o andamento prático destes comités não podem ser determinados antecipadamente; constituem algo inteiramente novo, um órgão essencial da nova estrutura económica. É quando se encontrarem a braços com as necessidades práticas que os operários constituirão as estruturas adequadas. As linhas gerais de algumas das características dessas estruturas podem contudo ser deduzidas por comparação com as organizações e os grupos que conhecemos.

No mundo capitalista, o comité central de delegados é uma instituição bem conhecida. Encontramo-la no parlamento, em toda a espécie de organizações políticas e nos bureaux de diversas associações e sindicatos. São investidos de uma autoridade sobre os que os designaram, ou mesmo, por vezes, reinam sobre estes como verdadeiros patrões. Esta é a forma assumida por estes organismos, e que corresponde a um sistema social em que uma grande massa de trabalhadores é explorada e comandada por uma minoria: a classe dominante. A tarefa essencial, no mundo novo, consistirá em encontrar uma forma de organização constituída por uma colectividade de produtores, livres e associados, que controlem, tanto nos actos como na concepção destes, a actividade produtiva comum, regulamentando-a segundo a sua própria vontade, mas com poderes idênticos para cada um; será um sistema social totalmente diferente do antigo. No sistema antigo, também existem conselhos sindicais que administram os assuntos correntes, entre duas reuniões dos filiados, a intervalos mais ou menos próximos, em que se fixam as grandes linhas da política geral. Aquilo de que estes conselhos se ocupam então são apenas os imprevistos do quotidiano e não as questões fundamentais. No mundo novo, e a própria base da vida, a sua essência, que estão em causa: é o trabalho produtivo que ocupa e ocupará permanentemente o espirito de cada um, que será o objecto primordial do seu pensamento.

As novas condições de trabalho farão destes comités de fabrica algo muito diferente do que conhecemos no mundo capitalista. Serão organismos centrais mas não organismos dirigentes, não conselhos governamentais. Os delegados que os compuserem terão sido mandatados pelas assembleias de secção com instruções especificas; virão de novo a estas assembleias para prestar contas da discussão e do resultado obtido e, após deliberações mais amplas, os mesmos delegados, ou outros, munidos de novas instruções, voltarão a reunir-se no comité de fábrica.

Deste modo, actuarão como agentes de ligação entre os membros das diferentes secções. Estes comités de fábrica também não serão grupos de especialistas encarregados de fornecer directivas a massa dos trabalhadores não qualificados. Naturalmente que serão necessários especialistas, isolados ou em equipas, para se ocuparem dos problemas científicos ou técnicos especificos. Os comités de fábrica tratarão dos problemas quotidianos, das relações mútuas, da regulamentação do trabalho, tudo coisas em que cada um é ao mesmo tempo competente e parte interessada. E, entre outras coisas, terão de estudar a aplicação prática do que os especialistas tiverem sugerido. Os comités de fábrica não serão responsáveis pelo bom funcionamento do conjunto, porque isto teria como consequência deixar que cada membro se isentasse das suas responsabilidades, confiando numa colectividade impessoal. Pelo contrario, e embora este funcionamento incumba a toda a comunidade, poderão confiar-se a certas pessoas, e só a elas, tarefas especificas que desempenharão devido às suas capacidades particulares, sob a sua inteira

responsabilidade, recebendo todas as honras se forem bem sucedidas.

Todos os membros do pessoal, homens e mulheres, novos e velhos, terão uma parte igual no trabalho, uma parte igual nesta organização da fábrica, tanto na execução quotidiana como na regulamentação geral. Sem dúvida que haverá grandes diferenças na natureza dos trabalhos; mais ou menos árduos segundo a força e as capacidades de cada um, serão repartidos em função dos gostos e das aptidões. E, bem entendido, as disparidades em matéria de cultura geral permitirão que os mais conhecedores ou mais inteligentes façam prevalecer a sua opinião. Devido à herança do capitalismo, continuarão inicialmente a existir grandes diferenças de educação e de qualificação e, por conseguinte, as massas sentirão a ausência de bons conhecimentos técnicos e gerais como uma inferioridade grave. Dado o seu pequeno numero, os técnicos altamente qualificados e os quadros científicos deverão portanto actuar na qualidade de dirigentes técnicos, sem por tal se poderem arrogar funções de comando ou privilégios sociais além da estima dos camaradas e da autoridade moral que sempre se liga às capacidades e ao saber.

A organização da empresa não é senão a ordenação e ligação consciente das diversas etapas do trabalho, de maneira que estas formem um todo. É possível expor todas estas interconexões entre estas operações articuladas umas com as outras, por meio de um esquema geral, de uma representação mental do processo real. Esta imagem presidiria à elaboração do primeiro "planning", correspondendo outras aos melhoramentos e desenvolvimentos ulteriores. Este esquema deverá estar presente no espirito de todos os trabalhadores; é necessário que todos tenham um perfeito conhecimento do que diz respeito a todos. Um mapa, ou um gráfico, fixa e mostra, por uma imagem simples e acessível a todos, as relações de um conjunto complexo; do mesmo modo, a situação da empresa no seu conjunto deverá ser mostrada a todo o momento, em todos os seus desenvolvimentos, por representações adequadas. Sob a forma de números, é o que realiza a contabilidade. Esta regista tudo o que se passa no processo de produção: as matérias primas que entram na fabrica, as máquinas de que esta dispõe, o que ela produz, a quantidade de horas de trabalho que foram necessárias para obter um dado produto e que cada operário fornece, finalmente quais são os produtos terminados e entregues. Ela segue e descreve os trajectos dos diversos materiais no processo de produção. Permite assim comparar, com o auxilio de balanços sistemáticos, os resultados efectivos com as previsões do plano. A produção da empresa transforma-se deste modo num processo submetido a um controle mental.

A gestão capitalista da empresa baseia-se igualmente no controle mental da produção. Neste caso, como no outro, as operações são representadas sob forma de contabilidade. Mas, ao contrário do precedente, o método de cálculo capitalista está a todos os níveis adaptado ao ponto de vista da produção de lucro. Os seus dados fundamentais são os preços e os custos; o trabalho e os salários entram unicamente na qualidade de factores no balance da empresa, quando este é efectuado para calcular o montante anual do lucro. Pelo contrário, no novo sistema de produção, o dado fundamental é o número de horas de trabalho, quer seja expresso em unidades monetárias, nos primeiros tempos, ou sob forma real. No seio da produção capitalista, o calculo e a contabilidade continuam a ser segredos reservados unicamente à direcção. Não dizem respeito aos operários. Estes não passam de objectos submetidos à exploração, que surgem apenas como factores entre muitos outros no calculo dos custos e dos rendimentos, como vulgares acessórios das máquinas. Com a apropriação colectiva da produção, a contabilidade passa a ser um assunto público; toda a gente pode ter acesso aos livros. Os trabalhadores têm a todo o momento uma visão completa do processo de conjunto. Só assim poderão estar aptos a discutir problemas que se põem nas assembleias da unidade de produção e nos comités de empresa, a decidir quais as medidas a tomar e a executar. Os resultados numéricos são tornados visíveis sob a forma de quadros estatísticos, de gráficos e de mapas que permitam abarcar facilmente a situação. Estas informações não são reservadas ao pessoal da fábrica: são públicas, acessíveis a todos, empregados ou não. Não passando toda e qualquer empresa de um elemento da produção social, a relação entre as suas actividades e o conjunto do trabalho social efectua-se por meio da contabilidade. Assim, o conhecimento exacto da produção em cada empresa constitui um simples fragmento de um conhecimento comum ao conjunto dos produtores.

Capítulo 4 - A Organização Social

O trabalho é um processo social. Cada empresa representa uma fracção do corpo produtivo da sociedade. As conexões e a cooperação entre estas diversas partes constituem outros tantos elementos da produção social global. Tal como as células de que se compõe um organismo vivo, estas partes não podem subsistir isoladamente, independentemente do corpo produtivo. Organizar o trabalho nas empresas representa portanto apenas metade da tarefa. Resta outra parte, infinitamente mais importante: estabelecer um sistema de ligações entre as diferentes empresas e reuni-las no seio de uma mesma organização social.

Estando a empresa já organizada em regime capitalista, é suficiente substituí-la por um tipo de organização com novas bases. Pelo contrário a organização social do conjunto das empresas é - ou era, até aos últimos anos - um problema absolutamente novo, sem precedentes, como testemunha o facto de todo o século XIX ter considerado que a classe operária tinha por missão construir uma organização deste género, - a que se chamava o «socialismo». O capitalismo compunha-se de uma massa não organizada de empresas independentes - «o campo de peleja dos empresários privados», como dizia o programa do partido trabalhistas - ligadas entre si unicamente pelos acasos do mercado e da concorrência, tendo como resultado a falência, a sobreprodução, a crise, o desemprego e um enorme desperdício de materiais e de força de trabalho. Para abolir este sistema, a classe operária teria de conquistar o poder político e servir-se dele para organizar a indústria e a produção. Pensava-se, nesse tempo, que o socialismo de Estado marcaria o início de uma evolução nova.

Nestes últimos anos, a situação modificou-se na medida em que o capitalismo começou a utilizar a organização pelo Estado. Não foi levado a isso apenas pelo desejo de aumentar a produtividade e os lucros através de uma planificação racional da produção. Na Rússia, por exemplo, era necessário compensar o atraso do desenvolvimento económico por meio de organização rápida da indústria. Foi o que fez o governo bolchevique. Na Alemanha, foi a luta pelo poder mundial que conduziu ao controle da produção pelo Estado e à organização estatal da indústria. Esta luta era uma tarefa de tal modo pesada que a classe capitalista da Alemanha só tinha hipótese de a levar a cabo concentrando o poder sobre todas as forças produtivas nas mãos do Estado. Na organização nacional-socialista, a propriedade e o lucro - embora fortemente atingidos pela tributação do Estado - continuam nas mãos dos capitalistas privados, mas a direcção e a administração dos meios de produção são assumidas pelos funcionários do Estado. O Capital e o Estado asseguram para si a totalidade da produção do lucro por meio de uma organização eficiente. Esta organização de toda a produção baseia-se nos mesmos princípios que a organização no seio da empresa, ou seja, na autoridade pessoal do director geral da sociedade, do Führer, do chefe de Estado. Em todos os casos em que o governo detém nas suas mãos a alavanca de comando da indústria, a antiga liberdade dos produtores capitalistas cede o lugar aos métodos autoritários, à coacção. Os funcionários do Estado vêm o seu poder político consideravelmente reforçado pelo poder económico que lhes é conferido, pela sua hegemonia sobre os meios de produção, base da vida social.

Os princípios da classe operária situam-se, a todos os níveis, no campo oposto. A organização da produção pelos trabalhadores, com efeito, baseia-se na livre cooperação: nem patrões nem servos. O mesmo princípio preside ao reagrupamento de todas as empresas numa organização social unificada. É aos operários que compete construir o mecanismo social correspondente.

Dada a impossibilidade de reunir os operários de todas as fábricas numa mesma assembleia, só podem expressar a sua vontade por intermédio de delegados. De algum tempo a esta parte que estes corpos de delegados vêm sendo denominados conselhos operários. Cada grupo de trabalhadores que cooperam designa os membros que irão expressar as suas opiniões e desejos nas reuniões dos conselhos. Se, através de uma participação activa nas deliberações do seu grupo, se tiverem evidenciado como defensores hábeis dos pontos de vista adoptados pela maioria, delegar-se-á neles a função de porta-vozes do grupo, que irão confrontar os pontos de vista deste com os dos outros grupos, para chegarem a uma decisão colectiva.

Embora as suas capacidades pessoais contem muito para persuadir os companheiros e para clarificar os problemas, a importância que assumem não provém da sua força pessoal, e sim da da comunidade que os escolheu como delegados. Não são meras opiniões que prevalecem, mas muito mais a vontade e o desejo do grupo de agir em comum. Indivíduos diferentes desempenharão as funções de delegados, consoante as questões postas e os problemas delas decorrentes.

O problema fundamental, a base de tudo o resto, é a própria produção. A organização desta comporta dois aspectos: o estabelecimento das regras gerais e das normas, e o trabalho propriamente dito. É necessário elaborar regras e normas que fixem as relações mútuas no trabalho, os direitos e os deveres de cada um. Em regime capitalista, a norma era o poder do patrão, do director. No capitalismo de Estado, é o poder ainda maior do Chefe supremo, do governo central. Na sociedade nova, pelo contrário, todos os produtores são livres e iguais. O campo económico, o campo do trabalho assiste a uma metamorfose comparável àquela que a ascensão da burguesia provocou no campo político, nestes últimos séculos. Quando o reinado do monarca absoluto foi substituído pelo poder dos cidadãos, isso de modo nenhum significou uma substituição do arbitrário do autocrata pelo arbitrário de qualquer outro indivíduo. Significava que as leis, conformes com a vontade geral, passavam a fixar os direitos e os deveres. Do mesmo modo, no campo do trabalho, a autoridade do patrão desaparece em proveito de regras elaboradas em comum, que visam fixar os direitos e os deveres sociais, tanto em matéria de produção como de consumo. E os conselhos operários terão como primeira missão formulá-los. Não é uma tarefa árdua, nem uma questão que exija estudos intermináveis, ou que origine divergências graves. Estas regras germinarão naturalmente na consciência de cada trabalhador, uma vez que constituem a base natural da sociedade nova: cada um tem o dever de participar na produção segundo as suas forças e as suas capacidades, cada um tem direito a uma parte proporcional do produto colectivo.

Como avaliar a quantidade de trabalho efectuada e a quantidade de produtos que cabe a cada um? Numa sociedade em que a produção vai directamente para o consumo, não existe nem mercado para trocar os produtos, nem valor, enquanto expressão do trabalho cristalizado nesses produtos, que se estabelece automaticamente, pelo processo da compra e da venda. O trabalho despendido na produção tem por isso de ser avaliado de uma maneira directa, pelo número de horas de trabalho. Os serviços de gestão calculam a quantidade de horas de trabalho cristalizadas em cada elemento ou quantidade unitária de um produto, bem como a quantidade de horas de trabalho fornecidas por cada trabalhador. Fazem-se depois as médias, tanto em relação ao conjunto de operários de uma determinada fábrica como ao conjunto das fábricas da mesma categoria; desaparecem assim as variações devidas a factores individuais e podem comparar-se os diversos resultados.

No início do período de transição, quando é necessário reconstruir uma economia arruinada, o problema essencial consiste em pôr a funcionar o aparelho de produção, para assegurar a existência imediata da população. É muito possível que, nestas condições, se continue a repartir uniformemente os géneros alimentares, como sempre se faz em tempo de guerra ou de fomes. Mas é mais provável que, nesta fase de reconstrução, em que todas as forças disponíveis se devem empenhar a fundo e, mais do que isso, em que os novos princípios morais do trabalho comum vão tomando forma de uma maneira gradual, o direito ao consumo esteja ligado ao desempenho de qualquer trabalho. O velho ditado popular «quem não trabalha não come» exprime um sentido instintivo da justiça. Isto significa sem dúvida ver no trabalho aquilo que ele é na realidade: o fundamento da existência humana. Mas isto também significa que, a partir desse momento, a exploração capitalista desapareceu, que acabou a apropriação dos frutos do trabalho de outrém por uma classe ociosa, em virtude dos seus títulos de propriedade.

Evidentemente que isto não significa que a totalidade da produção passará a ser repartida pelos produtores proporcionalmente ao número de horas de trabalho fornecido por cada um deles ou, por outras palavras, que todos os operários irão receber sob a forma de produtos o equivalente exacto das horas de trabalho

que forneceram. Com efeito, uma parte muito grande do trabalho tem de ser consagrada à propriedade comum, tem de servir para aperfeiçoar e para aumentar o aparelho de produção. No regimen capitalista, uma certa quantidade de mais-valia era utilizada para este fim. O capitalista tinha de empregar uma parte do seu lucro, acumulado sob a forma de capital adicional, a inovar, a aumentar e a modernizar o equipamento técnico; ao fazê-lo, era movido pela necessidade de fazer frente a concorrência. Deste modo, o progresso técnico era inseparável das formas de exploração. Na nova forma de produção, este progresso passa a ser um assunto que diz respeito à colectividade dos trabalhadores. Se por um lado, antes de tudo o mais, têm de assegurar a sua existência imediata, por outro a parte mais exaltante da actividade consiste em edificar as bases da produção futura. Têm de fixar qual a proporção do trabalho global que será aplicada na preparação de máquinas e de instrumentos aperfeiçoados, na investigação e na experimentação com o fim de facilitar o trabalho e no melhoramento da produção.

Além disso, será necessário dedicar uma parte do tempo de trabalho global a actividades não produtivas, mas socialmente necessárias: a administração geral, o ensino, os serviços de saúde. As crianças e as pessoas idosas terão direito a uma parte da produção, sem participarem nela. O mesmo sucederá a pessoas incapazes de trabalhar entre as quais, nos primeiros tempos, se contarão grande número de farrapos humanos herdados do capitalismo. É provável que, regra geral, sejam os elementos mais jovens da população adulta quem tem seu cargo efectuar o trabalho produtivo; ou, por outras palavras, este deverá ser efectuado por todos, neste período da vida em que os desejos e capacidade de acção se encontram no nível mais alto. Com o rápido progresso da produção do trabalho, a parte da existência dedicada a produzir os artigos necessários à vida irá diminuindo permanentemente, enquanto uma parte cada vez maior da existência poderá vir a ser dedicada a outros fins e a outras actividades.

A organização social da produção baseia-se numa boa gestão, através de estatísticas e de dados contabilizáveis. Estatísticas relativas ao consumo dos diferentes bens, estatísticas sobre a capacidade das empresas industriais, das máquinas, da terra, das minas, dos meios de transporte, estatísticas sobre a população e os recursos das cidades, das regiões, dos países, - tudo isto representa, em colunas bem ordenadas de dados numéricos, a base do processo económico. No regime capitalista, já se conheciam estatísticas relativas a certas actividades económicas, mas continuavam a ser imperfeitas, devido à falta de coesão entre os homens do negócio privado e às suas visões limitadas. A aplicação dessas estatísticas era limitada. Mas, agora, são o ponto de partida da organização da produção. Para produzir a quantidade de bens adequada, é necessário conhecer as quantidades utilizadas ou necessárias. Simultaneamente, estas estatísticas, resultado numérico condensado do inventário do processo de produção, resumo global da contabilidade, expressam a marcha do desenvolvimento.

A contabilidade geral, que diz respeito e engloba as administrações das diferentes empresas, reúne-as a todas num quadro de evolução económica da sociedade. A diferentes níveis, regista o processo total da transformação da matéria, acompanhando esta desde a extracção das matérias-primas, seguindo-a nas diversas fábricas onde é trabalhada até se transformar em produtos terminados, prontos a serem consumidos. Reunindo num todo os resultados das empresas do mesmo tipo que cooperam, compara a eficácia destas, estabelece a média das horas de trabalho necessárias e dirige a atenção para as possibilidades de progresso. Uma vez organizada a produção, a administração passa a ser tarefa, relativamente simples, de uma rede de escritórios de contabilidade, ligados uns aos outros. Cada empresa, cada grupo de empresas ligadas, cada ramo da produção, cada cidade ou região terá o seu centro administrativo para reunir, analisar e discutir os números da produção e do consumo, e para lhes dar uma forma clara e de fácil exame. Graças ao trabalho combinado desses centros, a base material da vida transforma-se num processo dominado pelo intelecto. O processo de produção é patenteado à vista de todos, sob a forma de uma imagem numérica simples e inteligível. É nesse momento que a humanidade contempla e controla a sua própria vida. Aquilo que os operários e os seus conselhos decidem e planificam numa colaboração organizada surge com clareza, traduzido nos números da contabilidade. Porque estes resultados estão permanentemente diante dos olhos de cada operário, a direcção da produção

social pelos próprios produtores pode finalmente ser realizada.

Esta organização da vida económica é inteiramente diferente das formas de organização existentes em regime capitalista; é mais perfeita e mais simples. As complicações e dificuldades da organização do capitalismo, a que tiveram de se consagrar tantos grandes homens de negócios de génio tão elogiado, estão ligadas às lutas mútuas, a essa guerra capitalista que exige tanta arte e tantos sacrifícios para dominar ou aniquilar os concorrentes. Tudo isso irá desaparecer. A simplicidade do objectivo a atingir, que é satisfazer as necessidades vitais da humanidade, faz com que toda a estrutura seja simples e directa. Em princípio, administrar grandes quantidades não é mais difícil ou mais complicado do que administrar pequenas quantidades; basta acrescentar alguns zeros aos números. A diversidade rica e multifacetada das necessidades e dos desejos, que pouco menor é em pequenos grupos de pessoas do que em grandes massas, pode ser satisfeita mais fácil e completamente, devido precisamente à natureza massiva destas necessidades.

A função e a importância de que se revestem os serviços de estatística e de contabilidade pública no seio de uma dada sociedade dependem do carácter desta sociedade. Desde sempre que a gestão financeira do Estado constituiu necessariamente uma atribuição do governo central e os funcionários deste, que eram incumbidos desta missão, estavam estreitamente submetidos aos reis e aos outros poderosos da terra. Na era do capitalismo moderno, em que a produção está sujeita a uma organização social onnipotente, os que detêm em mãos a administração central passam de facto a ser os senhores principais da economia e transformam-se gradualmente em burocracia dirigente. Na Rússia, por exemplo, a revolução de 1917 provocou uma expansão industrial acelerada. Os operários afluíram em massa às fábricas novas mas, ainda imbuídos de uma ignorância crassa, própria da vida rural, foram incapazes de obstar aos progressos da burocracia que, nesse momento, se constituía em nova classe dominante. Na Alemanha de 1933, quando um partido submetido a uma disciplina de ferro conquistou o poder de Estado e dele fez um órgão de administração central a ele devotado, assumiu simultaneamente a organização de todas as forças do capitalismo.

A situação modifica-se radicalmente quando os operários organizam a produção na qualidade de donos do seu trabalho e de produtores livres. Determinadas pessoas têm a seu cargo a contabilidade pública, tal como outras são metalúrgicos ou padeiros. Os trabalhadores do serviço de estatística nem são senhores nem servos. De modo nenhum são funcionários ao serviço dos conselhos operários e coagidos a obedecer às ordens destes. Com efeito, estes grupos de trabalhadores gerem eles próprios o seu trabalho, dispõem do seu material, desempenham a sua tarefa como qualquer outro grupo, nunca perdendo de vista as necessidades do conjunto social. São os peritos encarregados de fornecer os dados de base necessários às discussões e às decisões das assembleias de trabalhadores e dos conselhos. Têm a seu cargo a recolha destes dados, que devem apresentar sob uma forma facilmente acessível (quadros, gráficos, planos...) de modo que cada trabalhador possa ter sempre uma perspectiva clara do curso das coisas. Os conhecimentos que possuem não são uma propriedade privada passível de lhes conferir um poder; os técnicos de estatística e de contabilidade não formam um corpo especializado que, único a deter as informações necessárias à gestão, se veria assim preparado para exercer, de uma forma ou de outra, uma influência decisiva. O produto do trabalho deles, o conhecimento estatístico indispensável ao bom andamento da sociedade, está à disposição de todos. É com base nestes conhecimentos gerais que os operários e as assembleias dos seus delegados discutem e tomam as decisões, através das quais se constrói a organização do trabalho.

Pela primeira vez na história, os homens terão diante de si, como um livro aberto, o conjunto e os pormenores da vida económica. Em regime capitalista, as bases da sociedade eram dissimuladas aos olhares, enorme massa perdida no meio de trevas espessas que, de tempos a tempos, eram penetradas por algumas estatísticas sobre o comércio e sobre a produção; a partir de agora, nem um só pormenor escapa

ao olhar, todo o edifício surge claramente. A partir desse momento, passa a haver uma ciência da sociedade, que assenta numa ordenação adequada dos factos e que permite descobrir sem dificuldade as grandes relações causais. Essa ciência constitui a base da organização social do trabalho, tal como o conhecimento dos factos da natureza, também eles concebidos sob a forma de relações causais, serve de base à organização técnica do trabalho. Todos podem assim adquirir um conhecimento perfeito da vida quotidiana, nos seus mais ínfimos pormenores, podem estudar e compreender tanto as exigências do conjunto social como a parte que, dentro desse conjunto, lhes respeita. Esta ciência da sociedade constitui o instrumento por meio do qual os produtores ficam aptos a gerir a produção e a dominar o seu universo.

Capítulo 5 - Objecções

Os princípios da nova estrutura da sociedade revelam-se tão naturais e evidentes que, em princípio, não pareceria possível que se levantassem quaisquer dúvidas ou objecções. As dúvidas originam-se nas velhas tradições, que continuarão a encher o espirito de teias de aranha até ao momento em que o vento salubre das tempestades sociais as vier varrer. Mas são sobretudo as outras classes - aquelas que, ainda hoje, estão à frente da sociedade - que levantam objecções. É por isso que temos de examinar os argumentos da burguesia da classe dominante, dos capitalistas.

Poderia pensar-se não ter interesse determo-nos na consideração das objecções dos que formam esta classe capitalista. Não se põe o problema de os convencer, e de resto não é necessário. As suas ideias e convicções são ideias de classe, determinadas, tal como as nossas, por condições de classe. Diferem das nossas porque são diferentes as condições de vida e as funções sociais. Não temos de convencer essas pessoas pelo raciocínio, temos é que as vencer pela força.

Não devemos contudo esquecer que, em grande medida, o poder do Capital é um poder espiritual, um poder sobre o espirito, sobre o cérebro dos trabalhadores. As ideias da classe dominante reinam na sociedade e impregnam o espirito das classes exploradas. Fundamentalmente, essas ideias são implantadas pela força e pelas necessidades internas do sistema de produção; na prática, são implantadas pela educação, pela propaganda emitida pela escola, pela igreja, pela imprensa, pela literatura, pela rádio, pelo cinema. Enquanto assim for, a classe operária, não tendo consciência da sua posição de classe e aceitando a exploração como uma condição normal da vida, não pensará em revoltar-se e será incapaz de lutar. Espíritos doutrinados e submetidos a quem os domina não podem esperar encontrar a liberdade. Têm de começar por vencer o domínio espiritual que o capitalismo exerce sobre o seu próprio pensamento antes de poderem realmente sacudir o jugo. O capitalismo tem de ser vencido teoricamente antes de o ser materialmente. Só nesse momento é que a absoluta certeza da verdade das suas ideias, bem como a razão que preside ao seu objectivo, poderá dar aos trabalhadores a confiança de que necessitam para vencer. Porque só nesse momento é que a hesitação e a dúvida irão paralisar as forças do inimigo. Só nesse momento é que as classes médias, sempre hesitantes, em vez de se baterem pelo capitalismo, poderão compreender, ate certo ponto, a necessidade de uma transformação social e as vantagens que poderão obter com a criação de um mundo novo.

Somos portanto obrigados a considerar as objecções que a classe capitalista levanta, objecções que decorrem directamente da sua concepção do mundo. Para a burguesia, o capitalismo e o único sistema social possível e natural (trata-se do capitalismo na sua forma final, a mais elaborada, já que foi precedida por outras formas mais primitivas). É por isso que, segundo a burguesia, as características do sistema capitalista não são temporárias e sim fenómenos naturais, expressão da eterna natureza humana. A classe capitalista vê bem a profunda aversão que os operários experimentam face ao seu trabalho quotidiano. Constata que eles só se resignam a trabalhar sob a coacção de uma necessidade implacável. Conclui daí que é da própria natureza da maior parte dos homens sentir uma repulsa espontânea por todo e qualquer trabalho regular. Daí deduz que o ser humano está condenado a permanecer pobre, exceptuando todavia essa minoria de homens dinâmicos, obstinados, capazes, essa minoria que gosta do trabalho e que fornece

naturalmente os chefes, os quadros superiores, os capitalistas. Por conseguinte, se os trabalhadores passassem colectivamente a ser os donos da produção, sem serem estimulados e lançados em competição uns contra os outros, por meio de recompensas pessoais que pagam os esforços de cada um, ver-se-ia uma maioria de preguiçosos fazer o menos possível e viver à custa duma minoria, a dos mais laboriosos, que faria todo o trabalho. Dai resultaria inevitavelmente uma pobreza universal. Todos os progressos maravilhosos, toda esta abundância trazida pelo capitalismo durante este século se perderiam, e isso por se haver suprimido esse estimulante, que é o interesse pessoal. A humanidade regressaria ao estado de barbárie.

Para refutar tais objecções, é suficiente fazer notar que elas constituem o ponto de vista normal dos que estão do lado de lá da barreira, do lado da classe dos exploradores. Durante toda a história, nunca os que dominavam foram capazes de compreender aquilo de que uma nova classe era capaz; estavam convencidos de que essa classe fracassaria inevitavelmente quando tentasse dirigir os assuntos públicos, sociais e políticos. A nova classe, embora consciente da sua força, só podia mostrar aquilo de que era capaz conquistando o poder, e na prática só depois de o ter conquistado. O mesmo se aplica aos trabalhadores. Pouco a pouco, tomam consciência da forma da sua própria classe, adquirem esse conhecimento superior da estrutura social e do carácter do trabalho produtivo que lhes mostra a futilidade dos argumentos dos capitalistas. Sem dúvida que terão de demonstrar as suas capacidades. Mas não se trata de vencer as provas de um teste prévio. Serão na realidade a sua luta e a sua vitória que constituirão as provas a vencer.

Não temos que discutir com a classe capitalista. Temos sim que fornecer argumentos aos nossos camaradas trabalhadores. As ideias pequeno-burguesas impregnam ainda grande parte deles: fazem subsistir neles a dúvida e a falta de confiança na sua própria força. Enquanto uma classe não acredita nela própria, não pode esperar que outros grupos sociais acreditem. A falta de confiança em si própria, principal ponto fraco da classe operária dos nossos dias, não pode desaparecer totalmente no seio deste regime, o capitalismo, que segrega factores de degradação e de esgotamento. Mas em caso de urgência, a crise mundial e a ruína iminente coagem a classe operária à revolta e ao combate, e coagi-la-ão igualmente, logo que obtiver a vitória, a tomar em mãos o controle da produção. Nesse momento os imperativos de uma inexorável necessidade varrerão todo o temor, toda a falta de confiança em si própria, e as tarefas que daí resultarem revelarão energias insuspeitadas. Há outra coisa de que os trabalhadores têm a certeza, por muitas dúvidas e hesitações que tenham: é que, melhor que os ociosos detentores do direito de propriedade, eles sabem o que é o trabalho; sabem que são capazes de trabalhar, sabem que terão de trabalhar. As vãs objecções da classe capitalista desmoronar-se-ão com esta classe.

Objecções mais sérias provêm de outro lado. São levantadas pelos que se consideram amigos, aliados e mesmo porta-vozes da classe operária. Nas formas mais recentes de capitalismo encontramos, entre os intelectuais e os reformadores sociais, entre os dirigentes sindicais e os social-democratas, a seguinte opinião, largamente espalhada: a produção capitalista com vista ao lucro é má, deve desaparecer e ser substituída por um sistema de produção socialista. Segundo estas pessoas, a organização da produção deve servir para produzir em abundância para todos. A anarquia capitalista da produção deve ser abolida e substituída por uma organização idêntica à que existe dentro da fábrica. Tal como, numa empresa bem gerida, a marcha perfeita do conjunto, até ao mais ínfimo pormenor, e a sua eficácia são asseguradas graças à autoridade centralizadora do director e do seu estado-maior, também, numa estrutura social ainda mais complexa, as ligações e a interacção entre todas as partes do conjunto só podem ser correctamente asseguradas por um poder dirigente central.

São estes mesmos que pretendem que a ausência de tal poder centralizador e regulador é a objecção fundamental que se pode levantar ao sistema de organização em conselhos operários. O principal argumento afirma que, nos nossos dias, a produção já não consiste no manejar de utensílios simples que

cada um podia facilmente dominar, como nos tempos idos dos nossos antepassados, mas sim na aplicação das ciências mais abstractas, acessíveis unicamente a cérebros capazes e bem instruídos. Pretendem que uma concepção, uma compreensão clara e precisa de estruturas complexas e a respectiva organização eficiente exigem qualidades que só se encontram numa minoria de pessoas, particularmente dotadas. Pretendem que o sistema dos conselhos se recusa a ver que as pessoas, na sua maioria, são dominadas por um egoísmo mesquinho e que não têm nem as aptidões, nem sequer o interesse, necessários para assumirem tão grandes responsabilidades. E se os trabalhadores, por presunção estúpida, rejeitassem esta direcção pelos mais capazes e tentassem dirigir eles próprios a produção e a sociedade, contando unicamente com o seu número, o fracasso seria inevitável, por maior que fosse o seu zelo e a sua dedicação. Cada fábrica conheceria em breve o caos e a produção começaria a declinar. Os trabalhadores falhariam porque não teriam sabido utilizar um poder dirigente, dotado de uma autoridade suficiente para impôr a obediência e assegurar o andamento sem sobressaltos desta organização complexa.

Mas onde encontrar esse poder central? Segundo eles, já existe: é simplesmente o governo, o Estado. Até agora, este limitava as suas atribuições aos assuntos políticos, seria suficiente estendê-las aos assuntos económicos - como é já o caso em certos campos de importância limitada - ou seja, confiar-lhe a organização geral da produção e da distribuição. Não será a guerra contra a fome e a miséria tão importante, e mesmo mais importante, que a guerra contra o inimigo externo?

E se o Estado dirige as actividades económicas actua, de facto, como organismo central da colectividade. Os produtores são os donos da produção, não em pequenos grupos separados, mas todos em conjunto, enquanto classe, enquanto população. Para a maior parte destes «socialistas», propriedade pública dos meios de produção significa propriedade do Estado, sendo o conjunto da população segundo as concepções deles, representado pelo Estado. Estado democrático, evidentemente, no qual o povo escolhe os dirigentes. E uma organização social e política na qual as massas escolhem os seus chefes a todos os níveis, tanto na fábrica como nos sindicatos e na chefia do Estado, eis o que é uma democracia universal! Evidentemente que, uma vez eleitos, estes chefes devem ser obedecidos sem hesitação e sem um murmúrio. Porque só através da obediência às ordens de dirigentes competentes, que reinam sobre o aparelho de produção, é que a organização poderá funcionar sem choques e de forma satisfatória.

É este o ponto de vista dos defensores do socialismo de Estado. É evidente que este projecto de organização social é totalmente diferente do de uma organização na qual os produtores detenham eles próprios o domínio real da produção. No socialismo de Estado, os trabalhadores são senhores do trabalho apenas de uma maneira formal, dessa mesma maneira formal que assegura o domínio da população sobre o Estado. Nestas pretensas «democracias» (assim denominadas porque as assembleias parlamentares são eleitas por sufrágio universal), os governos não são de modo nenhum compostos por delegados designados pela população para executarem, as vontades desta. É sabido que, em todos os países, o governo está nas mãos de pequenos grupos de aristocratas, de políticos e de altos funcionários, em número limitado e com funções muitas vezes hereditárias, e que os parlamentares formam o corpo social que os apoia, mas não são eleitos pelos mandantes para executar a sua vontade. A quem vota só resta, praticamente, a escolha entre duas equipas de políticos seleccionados, apresentados e lançados pelos dois principais partidos políticos cujos chefes, segundo os resultados, ou formam o gabinete ministerial ou então esperam a sua vez praticando uma «oposição leal». Os funcionários do Estado que dirigem os assuntos públicos também não são escolhidos pelo povo: são nomeados de cima, pelo governo. Mesmo que uma propaganda hábil os apresente como servidores do povo, são na realidade os dirigentes deste, os seus senhores. No socialismo de Estado, esta burocracia de funcionários, consideravelmente mais numerosa dirige a produção. Dispõe dos meios de produção e portanto exerce o comando supremo sobre o trabalho. Tem que velar por que tudo funcione bem, tem de dirigir o processo de produção e fixar a repartição dos produtos. Assim, os trabalhadores têm novos patrões que lhes distribuem um salário e que conservam para si o resto da produção. Por outras palavras, os trabalhadores continuam a ser explorados. O socialismo de Estado pode também ser apelidado de capitalismo de Estado. Tudo depende do aspecto

sobre o qual se põe a tónica e da importância que a influência dos trabalhadores assume no sistema.

O socialismo de Estado é um projecto de reconstrução da sociedade que tem na sua base uma classe operária tal como a classe média a vê e a conhece no sistema capitalista. Naquilo a que chamam sistema socialista de produção, a estrutura fundamental do capitalismo é mantida: os operários põem as máquinas a funcionar sob as ordens de chefes. Mas este facto brutal é acompanhado por novas promessas vãs. Os capitalistas, sedentos de lucros, foram substituídos por uma classe dirigente de reformadores que, arvorados em verdadeiros benfeitores da humanidade, consagram as suas capacidades ao seu ideal: libertar as massas laboriosas da miséria e da indignação.

É facilmente compreensível que, no século XIX, quando os trabalhadores estavam a começar a resistir e a lutar, mas não estavam ainda aptos para tomar o poder na sociedade, este ideal socialista tenha encontrado numerosos adeptos. E isto não só entre a pequena burguesia socializante que simpatizava com as massas oprimidas, mas também entre os próprios trabalhadores. Estes viam a libertação da sua servidão concretizar-se pela simples expressão da sua opinião no voto, pela utilização do poder político representado pelas eleições, meio para pôr no governo os seus salvadores em vez das seus opressores. E é evidente que, se se tratasse unicamente de uma discussão calma e de livre escolha entre capitalismo e socialismo, este último teria então boas probabilidades de se realizar.

Mas a realidade é totalmente diferente. O Capital detém o poder e defende-o. Quem poderá ter a ilusão de que a classe capitalista irá abandonar o seu império o seu domínio, os seus lucros, que são as próprias bases do seu poder, o que significa renunciar finalmente à sua própria existência, perante o simples resultado de um voto? Ou mesmo, quem pode crer que a classe capitalista irá passar os poderes depois de uma campanha de persuasão da opinião pública através de meetings e de manifestações de rua? É bem evidente que esta classe se irá bater, convencida dos seus direitos. Sabemos já que é necessário batermos, mesmo por reformas, e que a menor reformazinha, em sistema capitalista, é sempre resultado de uma luta; é evidente que não é uma luta até as últimas consequências, até à guerra civil ou à efusão de sangue, ou pelo menos é-o muito raramente. E isto muito simplesmente porque a opinião pública, ou seja, a da burguesia no seu conjunto, alertada pela resistência decidida dos trabalhadores, se deu conta de que estas reivindicações operárias não põem em causa a própria essência do capitalismo, que o lucro, enquanto tal, não é ameaçado. Pelo contrário. Todos sentem que o capitalismo sairá reforçado, uma vez que as reformas apaziguam os trabalhadores e os ligam mais estreitamente ao sistema existente.

Se e a própria existência da classe capitalista enquanto classe dominante e exploradora que está em jogo, toda a classe burguesa alinhará atrás dela. Se o seu poder, a sua exploração, os seus lucros forem ameaçados, não por uma revolução ilusória formal, mas por uma revolução real que atinja as próprias bases da sociedade, podemos ter a certeza de que a classe burguesa irá resistir com todas as suas forças. Onde está o poder capaz de a vencer? Os argumentos irrefutáveis e as boas intenções dos reformadores generosos não podem travar, e muito menos destruir, uma força tão solidamente estabelecida. Um único poder no mundo é capaz de vencer o Capital, é a classe operária. A classe operária não pode ser libertada por outros; só pode ser libertada por ela própria.

Mas a luta será longa e difícil, porque o poder da classe capitalista é enorme. Firmemente entrincheirada no aparelho de Estado e no governo, ela tem à sua disposição todas as instituições e todos os recursos daqueles, toda a sua autoridade moral e todos os meios físicos de repressão. Dispõe de todos os tesouros da terra e pode despender somas ilimitadas para recrutar, pagar, organizar exércitos de defensores, para orientar a opinião pública. As suas ideias, as suas concepções, impregnam toda a sociedade, enchem livros e jornais, subjagam a própria consciência dos trabalhadores. É esta a principal fraqueza das massas. É verdade que a classe operária lhe pode opôr o número. Nos países capitalistas, constitui já a maior parte da população. Ela tem uma função económica capital; tem o controle directo sobre as máquinas, a

capacidade de as pôr a funcionar ou de as parar. Mas estes recursos não têm qualquer utilidade enquanto os espíritos se encontrarem sob a dependência dos senhores da sociedade, se alimentarem das ideias destes, enquanto os trabalhadores continuarem a ser indivíduos isolados, egoístas, limitados, rivalizando entre si. O seu número e importância económica, considerados isoladamente, são como as forças de um gigante adormecido. A luta prática deve começar por os acordar, pondo-os em plena acção. O conhecimento, a unidade devem transforma-los em poderes activos. A luta pela existência, contra a miséria, contra a exploração, contra o poder da classe capitalista e do Estado, o combate pelo domínio dos meios de produção devem permitir que os trabalhadores atinjam a consciência da sua posição social, a independência das suas ideias, o conhecimento da sociedade, a solidariedade e a dedicação à comunidade, a firme unidade de classe que lhes permitirá vencer o poder do Capital.

Não podemos prever quais as tempestades da política mundial que irão acordar essas forças. Mas de uma coisa podemos estar certos, é de que isto não será produto de alguns anos, nem de um breve combate revolucionário. É um processo histórico que abrangerá todo um período, com altos e baixos, com batalhas e acalmias, mas seguindo sempre uma progressão constante. Será uma transformação da sociedade na sua própria essência, não só porque as relações de força entre as classes terão sido invertidas, não só porque as relações de propriedade terão sido mudadas, não só, ainda, porque a população terá sido reorganizada sobre novas bases, mas essencialmente (e é o elemento capital em todo este processo) porque a classe operaria se terá transformado, no mais profundo de si mesma. Os trabalhadores transformar-se-ão, de indivíduos submetidos, em donos do seu destino, confiantes em si próprios e na sua liberdade, capazes de construir e de organizar o mundo novo.

Foi o grande humanista socialista Robert Owen quem nos ensinou que para edificar uma autêntica sociedade socialista seria necessária uma modificação de carácter no homem, e que esse carácter pode ser transformado pelo meio e pela educação. Completando as teorias do seu predecessor, o grande teórico comunista Karl Marx ensina-nos que é a própria humanidade que tem de modificar o seu meio, de se educar combatendo, através da luta de classe, a exploração e a opressão. A doutrina do socialismo de Estado, ou seja, a concepção dum socialismo atingido através de reformas, é uma teoria oca e mecanicista; julga ela que para fazer a revolução social basta mudar as instituições políticas e as condições exteriores da vida, sem necessidade dum transformação do próprio homem que faça do escravo submisso um combatente orgulhoso e audacioso. O socialismo de Estado, programa da social-democracia, é na realidade utópico, já que pretende estabelecer um novo sistema de produção pela simples conversão das pessoas às novas ideias políticas através da propaganda. A social-democracia era incapaz - e de resto não o pretendia a preço nenhum - de conduzir a classe operaria pelo caminho dum luta revolucionária autêntica. O seu declínio começou quando o desenvolvimento moderno do grande capitalismo fez do socialismo eleitoral uma ilusão anacrónica.

Contudo, as ideias socialistas conservam ainda hoje a sua importância, se bem que dum maneira diferente. Disseminaram-se por todas as camadas sociais, tanto entre aquela burgueses sensíveis aos problemas sociais, como no seio da grande massa dos trabalhadores. Expressam a aspiração a um mundo sem exploração, aspiração essa combinada, nos operários, com uma falta de confiança nas suas próprias forças. Um tal estado de espírito não desaparecerá imediatamente, mesmo após as primeiras vitórias, pois é nessa altura que os trabalhadores se vão aperceber da imensidão da sua tarefa, da força formidável do Capital, e da forma como as tradições e as instituições do velho mundo criarão obstáculos à sua marcha. Nesses momentos de hesitação, o «socialismo» parecer-lhes-á a via mais fácil de seguir, aquela que não inclui dificuldades intransponíveis a vencer, que não exige sacrifícios incessantes. É que aos trabalhadores, exactamente devido aos seus sucessos, virá juntar-se um grande número de reformistas, cheios de preocupações sociais, que se apresentarão como amigos, como aliados de peso que irão pôr as suas capacidades ao serviço da classe ascendente, mas que exigirão, podemos estar certos, lugares importantes, a fim de poderem agir e, finalmente, conduzir o movimento segundo as suas ideias. Se os trabalhadores os levarem ao poder, se instalarem ou apoiarem um governo socialista, então a poderosa

máquina do Estado passará a estar disponível para atingir este objective novo; poderá como pretendirão ases reformistas, ser utilizada para abolir a exploração capitalista e instaurar o reino da liberdade, unicamente através da votação de leis apropriadas. Não será este modo de actuação mais atraente que essa luta de classe? Certamente que sim. O único inconveniente é que deste modo acabar-se-á por conhecer o mesmo destino que o movimento revolucionário do século XIX: as massas, que haviam derrubado os antigos regimes através das suas lutas na rua, foram em seguida convidadas a regressar ao trabalho e a confiar nos governos provisórios que se auto-designaram e que, de há muito, estavam preparados para tomar as coisas em mãos.

A propaganda levada a cabo a volta desta doutrina socialista, tem tendência a lançar a dúvida nos espíritos dos trabalhadores, a despertar ou reformar a sua falta de confiança nas suas próprias forças, a obscurecer a consciência que possam ter das suas tarefas e capacidades. É esta a função social do socialismo, hoje como amanhã, na altura de cada vitória operaria nas lutas futuras. Faz cintilar aos olhos dos trabalhadores, como que ofuscados pela apreensão dos duros combates pela liberdade que os esperam, a luz morna duma nova, mas agradável, servidão. E mais, quando o capitalismo vier a receber os rudes golpes que o esperam, todos aqueles que não têm confiança na liberdade completa das massas, os que a temem, os que desejam preservar a distinção entre senhores e servos, entre inferiores e superiores, se reunirão sob esta bandeira. Rapidamente se assistirá ao aparecimento de palavras de ordem apropriadas: a «ordem» e a «autoridade» opostas ao «caos», o «socialismo» e a «organização» contra a «anarquia». Porque um sistema económico no qual os trabalhadores dominem o seu trabalho e possam orientá-lo só pode ser sinónimo de anarquia e de caos para os espíritos pequeno-burgueses. Assim, o único papel que o socialismo poderá vir a desempenhar, no futuro será o de obstáculo no caminho do combate dos trabalhadores pela sua emancipação.

Em resume, o esquema socialista de reconstrução tal como e proposto pelos reformistas, está votado ao fracasso. Em primeiro lugar, por eles não deterem a possibilidade de criarem as forças capazes de vencerem o Capital, em segundo lugar, porque só os próprios trabalhadores podem consegui-lo. Somente as suas próprias lutas permitirão o desenvolvimento dessas forças irresistíveis, indispensáveis ao cumprimento duma tal tarefa. São estas lutas que o socialismo tem de evitar. Uma vez derrubado pelos trabalhadores o poder capitalista e conquistada a liberdade, por que razão a abandonariam para se submeterem a novos patões?

Existe uma teoria que tenta explicar esta inevitabilidade, e por que razão as coisas se passariam assim: é a teoria da desigualdade entre os homens, essa teoria que acentua o facto da natureza os ter feito diferentes. Uma minoria de homens capazes, dotados, dinâmicos, erguer-se-ia acima da massa inapta, imbecil e apática. A despeito de todos os decretos e de todas as teorias que instituem a igualdade formal e legal, a minoria inteligente e enérgica assumiria a direcção e a maioria incapaz seguí-la-ia e obedecer-lhe-ia.

Não é a primeira vez que uma classe dirigente tenta explicar e portanto perpetuar o seu domínio apresentando-o como a consequência duma diferença inata entre duas espécies de pessoas: umas destinadas pela natureza a funções de comando, as outras a serem comandadas. A aristocracia fundiária do passado fazia já a defesa da sua posição de privilégio vangloriando-se de descender duma raça nobre de conquistadores, que teria subjugado a raça inferior das pessoas vulgares. Os grandes capitalistas explicam a sua posição de domínio afirmando serem inteligentes enquanto que os outros não o são. Hoje em dia podemos ouvir a mesma cantiga na boca dos intelectuais. Consideram-se como os legítimos dirigentes de amanhã e proclamam a sua superioridade espiritual. Integram a classe ascendente de funcionários e de membros de profissões liberais que receberam uma formação universitária, que se especializaram no trabalho intelectual, no estudo dos livros, das ciências; acham-se as pessoas mais dotadas no campo das actividades espirituais. Essa a razão por que estariam destinados a tornar-se os dirigentes da produção, ficando para as massas inaptas as tarefas manuais que não exigem reflexão. Não fazem a defesa do

capitalismo; sustentam que é a inteligência e não o Capital que terá que dirigir o trabalho, sobretudo nos nossos dias em que a sociedade assumiu uma estrutura de tal modo complexa, assentando em ciências abstractas e difíceis, que só uma elevada capacidade intelectual pode abarcar, compreender e aplicar. Se a classe operária, por falta de lucidez, não compreendesse a necessidade duma tal direcção intelectual, se tentasse estupidamente dirigir-se a si própria, o caos e a ruína seriam as consequências inevitáveis.

É bom que realcemos aqui que o termo intelectual não designa o indivíduo detentor duma inteligência. Intelectual é uma palavra que caracteriza uma classe com funções definidas na vida económica e social, para cujo cumprimento aquilo que se revela mais necessário e uma formação universitária. A inteligência, a faculdade de compreender, existe em todas as classes, tanto entre os capitalistas e os artesãos, como entre os camponeses e os operários. Os «intelectuais» não são dotados duma inteligência superior, possuem simplesmente uma capacidade especial de manejar abstracções e fórmulas científicas, muitas vezes, em verdade, de as decorar, capacidade essa que se alia frequentemente a um conhecimento limitado das outras coisas da vida. A sua presunção origina um intelectualismo limitado, que ignora a maior parte das restantes qualidades que desempenham um papel importante nas actividades humanas. No homem podem encontrar-se uma quantidade de disposições ricas e variadas que diferem tanto pela sua natureza como pelo seu grau de desenvolvimento: num determinando indivíduo, poder de abstracção ou habilidade manual; num outro, inteligência viva ou imaginação rica; noutros ainda, compreensão rápida ou imaginação profunda; ou ainda grande perseverança ou espontaneidade impaciente; ou ainda uma coragem indomável na acção e na luta; ou então uma ética amplamente aberta para a compreensão dos homens. Todas estas qualidades são necessárias na vida social; segundo as circunstâncias e de acordo com as exigências da vida e do trabalho, poderá ser uma ou outra a assumir um plano de destaque. É ridículo querer separá-las em superiores e inferiores. São justamente as diferenças existentes entre elas que permitem que as predilecções e disposições de cada um encontrem o seu campo de aplicação nas diversas formas de actividade. Uma destas aptidões, a aptidão para os estudos abstractos e científicos (que frequentemente assumem em regime capitalista a forma abastardada de especializações forçadas) encontra o seu verdadeiro lugar no processo técnico de produção, quer para vigiar, quer para dirigir. Não passa duma aptidão entre muitas outras. Não há na realidade qualquer razão para que os intelectuais dominem do alto da sua superioridade as massas de não intelectuais. Não é certo que, referindo-se ao século XVIII, o historiador Traveyan falava da «riqueza de imaginação, da profundidade emocional, do vigor e variedade da inteligência entre os pobres... uma vez despertos os seus espirito»?

É evidente que alguns se encontram mais bem munidos de certas qualidades do que outros; os homens e mulheres de talento, sobressaem no meio dos seus contemporâneos. Mas em regime capitalista eles são com toda a certeza em muito maior numero do que o que pode parecer, pois uma das características deste regime é o desprezo, a má utilização, a exploração das qualidades humanas. No seio duma humanidade liberta, estes diferentes talentos serão muito melhor aproveitados; a consciência de estarmos a contribuir para a causa comum, pondo em jogo o melhor de nós próprios, trará uma satisfação muito mais completa do que um qualquer privilégio material fornecido pelo mundo da exploração.

Que significa esta pretensão da classe dos intelectuais, esta afirmação duma superioridade do trabalho intelectual sobre o trabalho manual, logo do domínio do primeiro sobre o segundo? Não é o espírito que deve comandar o corpo, as actividades físicas? Sem dúvida que sim. O espírito humano constitui aliás o ponto mais alto do desenvolvimento da natureza. Pelas suas capacidades intelectuais, o homem eleva-se acima do animal. O espírito é o que o homem tem de mais precioso. Foi graças a ele que pôde tornar-se senhor do mundo. Aquilo que distingue o trabalho do homem da actividade do animal, são justamente as bases do pensamento: primeiro conceber, reflectir e elaborar um projecto antes de passar a sua execução. Este predomínio da teoria, do pensamento sobre o trabalho prático não para de se reforçar, à medida que o processo de produção se vai desenvolvendo, se vai complicando cada vez mais, tornando-se progressivamente dependente da ciência.

Isto não permite concluir que os trabalhadores intelectuais estejam autorizados a dominar os trabalhadores manuais. A oposição manual-intelectual não existe na natureza: é um produto da sociedade; constitui uma distinção de classe artificial. Qualquer trabalho, mesmo o mais simples, tem tanto de intelectual como de manual.

Todo o trabalho, até se tornar mecânico à força de repetição, exige a intervenção do espírito. É justamente esta combinação pensamento/acção que faz o encanto da actividade humana. Este atractivo subsiste na divisão natural do trabalho, na que assenta em diferenças de gostos e de aptidões. Mas o capitalismo perverteu estas disposições naturais. Com o fim de aumentar o lucro, levou ao extremo a divisão do trabalho, introduziu uma especialização de sentido único. Há já três séculos que, desde o seu aparecimento pela primeira vez com o sistema da manufactura, a repetição incessante das mesmas manipulações em número limitado fez do trabalho uma retina monótona, em que a utilização abusiva de certos membros ou de certas faculdades mentais, em detrimento das outras, origina uma mutilação perpetua do espírito e do corpo. Hoje o capitalismo, à semelhança disto, para aumentar a produtividade e os lucros, operou a separação do trabalho manual e intelectual, fez de cada um dela o objecto duma educação especializada, em detrimento das restantes capacidades. Criou assim duas especialidades, onde o trabalho natural não via senão uma, originou tarefas distintas, profissões distintas, realizadas por classes sociais distintas. Os trabalhadores manuais, embrutecidos por longas horas passadas em trabalhos sem vida e vazios de qualquer iniciativa, em lugares insalubres, estão impedidos de desenvolverem as suas faculdades intelectuais. Por outro lado, os trabalhadores intelectuais, mantidos, pela sua própria formação teórica, afastados do trabalho físico e da exercitação natural do corpo vêm-se obrigados a recorrer a substitutos artificiais. Num caso como noutro, assistimos a uma verdadeira mutilação da natureza humana. E, ostentando esta degenerescência, imposta pelo sistema capitalista, como um dos traços inerentes a esta natureza humana, uma das classes sociais pretende afirmar a sua superioridade e o seu domínio sobre a outra.

Uma série de outros argumentos vêm reforçar esta pretensão da classe intelectual ao domínio espiritual e à condução social dele decorrente. Eminentes teóricos não se cansam de acentuar que todo o progresso humane se fica a dever a um número limitado de génios. Segundo eles, teria sido um pequeno número de investigadores, de inventores, de pensadores a edificar a ciência, a aperfeiçoar a técnica, a conceber ideias novas, a abrir novos caminhos, enquanto a massa dos seus concidadãos se teria limitado a segui-los e a imitá-los. Toda a civilização assentaria neste punhado de cérebros eminentes. O futuro da humanidade e o progresso da civilização dependeriam pois da educação e selecção de tais elites, e estas ver-se-iam ameaçadas por um nivelamento geral.

Admitamos por um instante que esta asserção é verdadeira. Poder-se-ia responder, não sem ironia, que o resultado conseguido por estes espíritos superiores, esse mundo deplorável que é o nosso, resulta directamente desta concepção mesquinha, e que não há muito motivo para orgulho. Se todos esses grandes precursores pudessem ver o que foi feito das suas descobertas, não teriam por certo grandes motivos para satisfação. Se nos damos por incapazes de fazer melhor, então bem que podemos desesperar da humanidade.

Ora esta asserção é falsa. Mesmo o mais simples estudo atento duma descoberta científica, técnica, ou outra qualquer, surpreende pela quantidade de nomes que a ela se encontram associados. Mas nas obras populares, nos manuais de textos históricos, fontes de tantas ideias falsas, apenas alguns grandes nomes são conservados e glorificados, como se essa fosse a única realidade válida. Deste modo foram fabricados, de acordo com as necessidades em questão, alguns génios excepcionais. Na realidade, qualquer progresso importante e engendrado por todo um ambiente social donde brotam, de todos os lados, novas ideias, sugestões, compressões súbitas. Nenhum destes grandes homens, levados aos píncaros pela história oficial, por terem dado um passo decisivo, teriam podido fazê-lo sem o trabalho dum grande número de

percursores, no qual as suas descobertas se baseiam. Além disso, este punhado de homens de talento, louvados séculos mais tarde como iniciadores do progresso mundial, não foram os guias espirituais do seu tempo. Foram frequentemente ignorados pelos seus contemporâneos, trabalharam tranquilamente, isolados do mundo; pertenciam na sua maior parte à classe explorada, tendo sido por vezes mesmo perseguidos pelos dirigentes. Os seus homólogos contemporâneos não são esses inquietos pretendentes a direcção intelectual, mas sim trabalhadores silenciosos, praticamente desconhecidos, quem sabe mesmo, ridicularizados e perseguidos. Só uma sociedade de produtores livres, capazes de apreciarem a importância das realizações espirituais, e desejosos de as pôr em prática para o bem-estar comum, poderá reconhecer e apreciar o génio criador na sua real medida.

Como é que se pode então admitir que o trabalho de todos estes homens de génio do passado não tenha conduzido a nada de melhor do que o capitalismo actual? Tudo aquilo de que eles se revelaram capazes foi de estabelecer as bases científicas e técnicas da alta produtividade do trabalho. Por razões que os ultrapassavam, esta produtividade tomou-se a fonte do poderio e das enormes riquezas dessa minoria dirigente que conseguiu monopolizar os resultados de tais progressos. Uma sociedade de abundância e de liberdade para todos não poderá nascer da boa vontade de alguns indivíduos superiores, ainda que distintos. Ela não pode resultar da actividade cerebral de alguns, mas antes da afirmação da personalidade de todos. As ciências e as técnicas, na medida em que têm um papel a desempenhar na criação da abundância, são já suficientes. O que falta são as forças sociais capazes de congregarem as massas operárias, de as transformar numa sólida organização numa unidade. A base da nova sociedade não é a quantidade de saber que ela possa adquirir, nem as técnicas que possa ir buscar a outras, mas sim esses sentimentos comunitários, essa actividade organizada que os trabalhadores são capazes de desenvolver. Este carácter novo não pode vir do exterior; tão pouco pode ser adquirido por obediência a um qualquer patoá. Apenas poderá brotar da acção autónoma, da luta pela liberdade, da revolta contra os patrões. De nada servirá todo o génio dos indivíduos superiores.

O passo decisivo para o progresso da humanidade, para a transformação da sociedade, de que se apercebem já os primeiros indícios, consistirá essencialmente numa transformação das próprias massas laboriosas. Só poderá concretizar-se pela acção, pela revolta, pelo esforço das próprias massas; a sua natureza essencial é a auto-emancipação da humanidade. Nesta perspectiva, torna-se evidente que a direcção, por uma elite intelectual, é perfeitamente supérflua. Toda e qualquer tentativa para a impor só poderia revelar-se prejudicial, retardando os progressos necessários, agindo portanto como uma força reaccionária. As objecções levantadas pelos intelectuais, assentando nas insuficiências presentes da classe operária, encontrarão a sua refutação prática quando as condições mundiais obrigarem as massas a travar o combate pela revolução mundial.

Capítulo 6 - Dificuldades

Mas existem outras dificuldades mais importantes. Surgirão na altura da construção da sociedade nova e provirão das diferenças de desenvolvimento e de dimensões entre as diversas empresas, diferenças essas que envolvem divergências de concepções.

Tecnicamente e economicamente, a sociedade é dominada pelas grandes empresas, pelo grande Capital. Os grandes capitalistas, em si, representam contudo apenas uma minoria da classe possuidora. Sem qualquer dúvida que têm por detrás deles a totalidade das classes de senhorios e de accionistas. Mas estes não passam de simples parasitas, não podendo ser-lhes de grande utilidade na luta de classes. O grande Capital ver-se-ia numa posição delicada se não estivesse apoiado pela pequena burguesia, pela totalidade da classe dos proprietários de pequenas explorações. Para consolidar o seu domínio sobre a sociedade, ele serve-se das ideias e das concepções reinantes tanto no espírito dos patrões como no dos trabalhadores do pequeno comércio e da pequena indústria. A classe operária deve ter isto em consideração. As suas tarefas, os seus objectivos, são concebidos na base do desenvolvimento social operado pelo grande

Capital, mas nos meios pequeno-burgueses são pensados e compreendidos em função das condições específicas do pequeno comércio.

Regra geral, nas pequenas empresas capitalistas, o patrão e simultaneamente o proprietário, muitas vezes o único proprietário; se não é o único, os accionistas são amigos ou parentes seus. É patrão de si próprio e muitas vezes é também o mais qualificado tecnicamente na empresa. As duas funções de director técnico e de capitalista ávido de lucro não existem separadas uma da outra; dificilmente as poderemos distinguir. Os seus lucros parecem provir, não do seu capital, mas do seu trabalho não da exploração dos seus operários, mas das suas capacidades técnicas de patrão. Os operários que tem ao seu serviço, quer como pessoal qualificado quer como serventes, apercebem-se perfeitamente de que o seu patrão possui uma maior experiência geral, uma maior qualificação do que eles próprios. Nas grandes empresas, a direcção técnica está confiada a assalariados. Trata-se duma medida ditada pelas necessidades de eficácia prática e que exclui da direcção técnica os que são unicamente detentores de títulos de propriedade. Na pequena empresa, uma tal prática traduzir-se-ia numa regressão: repugnaria aos técnicos melhores e levaria a um abandono do trabalho técnico as mãos de indivíduos menos qualificados, até mesmo incompetentes.

É necessário compreender que não se está, por esse facto, perante uma dificuldade real, que obstará à organização técnica da indústria. É difícil de conceber que os operários das pequenas empresas possam desejar expulsar o técnico mais qualificado (ainda que se trate do antigo patrão) se este mostrar desejo de colaborar sinceramente no trabalho comum, com todo o seu saber, e num pé de igualdade. Mas não haverá nisto uma contradição com os fundamentos e a doutrina da nova sociedade que implicam a exclusão dos capitalistas? Não, pois a classe operária, ao reorganizar a sociedade em bases novas, não está obrigada a aplicar à letra uma doutrina rígida; simplesmente, para orientar as suas opções, terá que se apoiar num grande principio norteador. Este principio, que para qualquer espirito lúcido constitui a verdadeira pedra de toque da edificação da nova sociedade, afirma que aqueles que executam o trabalho devem controlá-lo e que todos aqueles que colaboram efectivamente na produção devem dispor dos meios de produção, estando evidentemente postos de lado toda e qualquer propriedade ou interesse capitalistas. É com base neste principio que os trabalhadores terão que fazer face a todos os problemas, a todas as dificuldades com que venham a deparar na organização da produção, e que terão que encontrar as respectivas soluções.

Os ramos tecnicamente atrasados da produção, como os que se encontram nas pequenas empresas, revelarão com toda a certeza um certo número de dificuldades específicas, mas não fundamentais. O problema da sua organização, da instalação nelas de colectividades auto-gestionárias, como o de assegurar a sua ligação com as estruturas principais da organização social, e um problema que deverá ser resolvido fundamentalmente pelos trabalhadores desses ramos, muito embora, evidentemente, possam ser auxiliados por trabalhadores doutros sectores. A partir do momento em que o poder político e social da classe operária esteja consolidado, em que as ideias sobre a construção dum mundo novo se tiverem imposto a todos os espíritos, é evidente que todos aqueles que desejarem cooperar na comunidade de trabalho serão bem-vindos e encontrarão o lugar e o trabalho adequados às suas capacidades. Para além disso o desenvolvimento do espirito comunitário e o desejo de eficácia no trabalho trarão como consequência que as unidades de produção não irão permanecer por muito tempo nesta situação de pequenas fábricas isoladas herdadas da época precedente.

As dificuldades maiores residem aliás no estado de espírito, na maneira de pensar ligados ao exercício do pequeno comércio e que afectam todos os que nele participam, patrões, artesãos, operários. É isto que os impede de compreender que o verdadeiro problema, o único, é o do grande Capital e das grandes empresas. É todavia facilmente compreensível que as condições de existência das pequenas empresas, que determinam as ideias que nelas reinam, não podem constituir o ponto de partida para uma transformação duma sociedade cuja origem e força são justamente o grande Capital. Mas não é menos evidente que a disparidade geral de condições pode constituir uma fonte de discórdias, de querelas, de mal-entendidos e

de dificuldades. Dificuldades na luta, dificuldades no trabalho construtivo. Nas pequenas empresas, as qualidades sociais e morais desenvolvem-se numa forma diferente daquilo que se passa nas grandes empresas: a ideia de organização não domina tanto os espíritos. Numa pequena empresa o operário pode mostrar-se recalcitrante, mais independente, mas em compensação menos propenso a solidariedade, à fraternidade. A propaganda deverá portanto assumir, nestes meios, um papel mais importante; não no sentido de impor uma doutrina teórica, mas simplesmente de expor uma visão mais ampla da sociedade em geral, a fim de que as ideias dos operários deixem de ser determinadas pela experiência restrita das suas próprias condições de vida, para passarem a sê-lo pelas condições, fundamentais e mais gerais, do trabalho em regime capitalista no seu conjunto.

Isto torna-se ainda mais verdadeiro para a agricultura, a qual agrupa um grande número de pequenas empresas cujo peso económico é considerável. Para além disso, a agricultura revela uma diferença material suplementar: a superfície do solo é limitada, o que condicionou a existência dum parasitismo específico. Porque o solo é absolutamente indispensável para viver e para a produção dos alimentos, o proprietário de terras viu-se beneficiado com a possibilidade de lançar uma tributação sobre todos aqueles que queiram utilizá-las; é o que se chama, em economia política, renda fundiária. Remontando a tempos antigos, estamos aqui perante uma propriedade que não é baseada no trabalho e que é protegida pelo poder estatal e pela lei; uma propriedade que consiste em certificados, em títulos que garantem direitos sobre uma parte, por vezes importante, da produção social. Quer o camponês que paga uma renda ao proprietário de terras ou um juro a um banco de crédito agrícola, quer o cidadão, patrão ou operário, que paga, a título de aluguer, grandes importâncias em dinheiro por um pedaço de terra nua (onde poderá habitar ou construir a sua oficina) são explorados pela propriedade fundiária. Há um século atrás, na época do pequeno capitalismo, a diferença entre as duas formas de rendimentos, - os do proprietário de terras, que vive ociosamente por um lado, os do homem de ofício, do comerciante, do operário ou do artesão, penosamente alcançados, por outro lado - era tão flagrante, e a propriedade fundiária considerada como um roubo de tal modo manifesto, que por diversas ocasiões foram apresentados projectos para a abolir, através da nacionalização dos solos, por exemplo. Mais tarde, quando a própria propriedade capitalista foi assumindo cada vez mais a forma de certificados, de acções traduzindo-se em rendimentos para os seus detentores sem que estes tivessem de trabalhar, deixou de se falar em reforma da propriedade fundiária. O conflito entre capitalistas e proprietários de terras, entre lucro do trabalho e renda fundiária desapareceu; hoje, a propriedade fundiária não passa dum das numerosas formas de propriedade capitalista.

O camponês que cultiva a sua própria terra combina as características de três classes sociais. Os seus rendimentos são compostos por três elementos indissociáveis: um salário correspondente ao seu próprio trabalho, um lucro proveniente da gestão da sua propriedade e da exploração dos seus trabalhadores agrícolas, uma renda fundiária proveniente da propriedade do seu terreno. Originariamente, em condições como estas, que subsistem em parte hoje mas sobretudo sob a forma de tradições herdadas dum passado idealizado, o camponês produzia tudo ou quase tudo o que lhe era necessário para viver, a ele e à família, na sua própria terra ou numa terra que alugava. Nos nossos dias, os agricultores têm igualmente que abastecer a população industrial que, cada vez mais, vai constituindo a maioria dos habitantes dos países capitalistas. Em troca, as classes rurais recebem os produtos industriais de que vão carecendo para as suas actividades progressivamente mais diversificadas. Mas o problema agrícola não permaneceu como um assunto interno de cada país. A maior parte das necessidades mundiais em cereais são satisfeitas por grandes empresas agrícolas que exploram terras virgens de novos continentes, segundo métodos capitalistas. Se por um lado elas esgotam a fertilidade intacta destas vastas planícies, por outro, ao introduzirem na Europa os seus produtos a baixos preços, fazem baixar a renda fundiária neste continente, provocando assim crises agrícolas frequentes. Mas não é tudo: na velha Europa, a produção agrícola transformou-se numa produção para o mercado. Os camponeses vendem a maior parte da sua produção e compram aquilo de que necessitam para viver. Vêm-se assim sujeitos às vicissitudes da concorrência capitalista. Tão depressa se vêm com a corda ao pescoço pela descida dos preços, crivados de hipotecas,

até mesmo arruinados, como tiram proveito de circunstâncias favoráveis. E como o aumento da renda fundiária se traduz por um aumento do preço da terra em geral, o antigo proprietário pode transformar-se em senhorio ao passo que o novo proprietário que logo à partida está sobrecarregado de dívidas, é facilmente conduzido à ruína por muito pouco que os preços desçam. Daqui que a posição da classe camponesa no seu conjunto se mostre enfraquecida. No total, as suas condições e posição na sociedade moderna são bastante semelhantes às dos pequenos patrões ou dos trabalhadores independentes da indústria.

Existem contudo diferenças que resultam do facto da superfície do solo ser sempre limitada. Enquanto na indústria ou no comércio qualquer pessoa que detenha um pequeno capital pode sempre arriscar na montagem: dum negócio e pôr-se a batalhar contra os concorrentes, na agricultura, pelo contrário o camponês não pode entrar em liça se são outros que detêm a terra de que ele necessita. Para produzir, precisa de terra. Em sociedade capitalista é necessário ser-se proprietário para se poder dispor livremente do seu terreno. Se um camponês não é proprietário, poderá evidentemente trabalhar e servir-se da sua habilidade e das suas capacidades, mas na condição de explorado pelo possuidor do solo. Assim, trabalho e propriedade encontram-se intimamente ligados: no seu espírito. Esta a origem desse fanatismo da propriedade tantas vezes criticado. Tornar-se proprietário é ver assegurada a possibilidade de ganhar a sua vida durante anos e anos de intensa labuta; mais tarde, alugando ou vendendo essa mesma terra, poderá esperar viver das suas rendas, sem trabalhar, e subsistir assim durante a velhice, como deveria poder fazer qualquer trabalhador após uma vida de esforços. A perpetua luta contra as caprichosas forças da natureza e do clima - luta que só agora começa a utilizar as técnicas originadas no moderno conhecimento científico, e que, portanto, permanece ainda, em grande parte, dependente dos métodos tradicionais e da capacidade pessoal - vê-se ainda agravada pelas pressões exercidas pelas condições de vida capitalistas. Esta luta engendrou um individualismo fortemente enraizado que faz dos camponeses uma classe especial, com uma mentalidade e pontos de vista específicos, estranha às ideias e objectivos da classe operária.

Todavia, também aqui o desenvolvimento moderno operou modificações consideráveis. O poder tirânico das grandes empresas capitalistas, dos bancos fundiários e dos magnates dos caminhos de ferro, de quem os camponeses dependem para empréstimos e transporte das suas mercadorias, oprimiu-os, arruinou-os a ponto de os lançar por vezes à beira da revolta. Por outro lado a necessidade em que se viram as pequenas empresas de alcançar certas vantagens das grandes, contribuiu em muito para reforçar a cooperação: compra de adubos e máquinas agrícolas, abastecimento de produtos necessários à alimentação das imensas concentrações urbanas. A procura de produtos standardizados, na produção de leite por exemplo, exige uma regulamentação e um controle severos aos quais as herdades individuais tiveram que se submeter. Os camponeses viram-se deste modo imbuídos dum certo espírito comunitário: o seu individualismo foi obrigado a muitas concessões. Mas a integração do seu trabalho na totalidade social assume a forma capitalista de sujeição a um poder estranho o que, de novo, se vai chocar com o espírito de independência.

São todas estas condições que determinam a posição do campesinato face à reorganização da sociedade pelos operários. Os camponeses, se bem que por um lado dirigentes independentes das suas empresas, e nisso comparáveis aos capitalistas industriais, participam geralmente, eles próprios, num trabalho produtivo que depende ao mais alto grau da sua habilidade e dos seus conhecimentos profissionais. Se é facto que embolsam a renda fundiária, quando são proprietários, a sua existência nem por isso depende menos da sua actividade produtiva, penosa de resto. O direito de gestão e de controle sobre o solo que lhes é conferido pela sua qualidade de produtores, de trabalhadores, e que eles partilham com os restantes trabalhadores, é absolutamente conforme aos princípios da nova ordem. Pelo contrário, a sua apropriação da terra, resultante da sua qualidade de proprietários, está em perfeita contradição com estes princípios. Mas os camponeses nunca aprenderam a distinguir estes dois aspectos completamente diferentes da sua posição. Além disso, a livre disposição do solo enquanto produtor constitui, segundo os princípios novos,

uma função social, um mandato da sociedade, um serviço encarregado de fornecer aos outros habitantes víveres e matérias-primas. A tradição e o egoísmo capitalistas levam pelo contrário a considerá-la como um direito estritamente pessoal.

Tais diferenças de estatuto podem originar numerosas divergências e dificuldades entre as classes produtivas da indústria e da agricultura. Os trabalhadores terão que ter em conta, de forma rigorosa, o princípio da exclusão de todo e qualquer interesse ligado a propriedade, sinónimo de exploração. Admitirão somente os interesses baseados no trabalho produtivo. De resto, um corte dos víveres pelo campo significaria, para os operários fabris como para a maioria da população, morrer à fome. Uma tal coisa será intolerável. Claro que nos países altamente industrializados da Europa, as trocas transoceânicas com os países produtora de víveres desempenham um papel importante, mas tal não invalida a necessidade absoluta de se encontrar uma forma de pôr de pé uma organização comum da produção agrícola e industrial em cada país.

Na realidade, entre operários e camponeses, entre a cidade e o campo, existem diferenças consideráveis de perspectiva e de ideias, mas não autênticas divergências ou conflitos de interesses. Existirão portanto numerosas dificuldades, numerosos mal-entendidos, fontes de divergências e de conflitos, mas não uma luta de morte como entre o Capital e a classe operária. Mesmo se ainda hoje os camponeses, aderindo a palavras de ordem políticas e sociais tradicionais e limitadas se colocam do lado do capitalismo contra os operários - e isso poderá continuar a acontecer no futuro - a lógica dos seus verdadeiros interesses acabará por voltá-los contra O Capital. Mas isto não será suficiente. Tal como os pequenos comerciantes e industriais, eles poderiam considerar-se satisfeitos por se verem libertos da opressão e da exploração com uma vitória operária, tenham eles ou não participado na batalha. Mas, segundo as suas concepções, a revolução deveria transformá-los em proprietários privados, livres e sem contestação possível, da terra - no fundo uma revolução semelhante as revoluções burguesas do passado. A esta tendência, deverão os trabalhadores opor, através duma propaganda intensiva, os novos princípios: a produção é uma função social, os produtores donos do seu trabalho constituem uma comunidade. Terão igualmente que afirmar a sua vontade firme de criar esta comunidade da produção agrícola e industrial. Enquanto que os produtores rurais, tornados senhores de si mesmos, realizarão e organizarão o seu próprio trabalho sob a sua própria responsabilidade, a ligação deste com a parte industrial da produção terá de ser tarefa comum de todos os trabalhadores e dos seus conselhos centrais. São estas relações mutuas, permanentes, que irão fornecer a agricultura todos os meios científicos e técnicos, todos os métodos de organização necessários ao aumento da eficácia e da produtividade do trabalho.

Os problemas levantados pela organização da produção agrícola são em parte da mesma ordem que os encontrados na indústria. Nas grandes empresas, como nas grandes propriedades produtoras de trigo de milho ou de outras coisas, nas quais se faz uso de máquinas aperfeiçoadas, a regulação do trabalho será feita pela comunidade dos trabalhadores e pelos seus conselhos. Nos casos em que pequenas unidades de produção se tornem necessárias, para a realização de trabalhos preciosos e minuciosos por exemplo, a indispensável cooperação entre unidades desempenhará um papel importante. O número, a diversidade de pequenas herdades, acarretarão problemas semelhantes aos da pequena indústria; a sua gestão será tarefa das suas associações autónomas. Provavelmente impor-se-á a criação de comunidades locais reunindo herdades semelhantes mas entretanto diferenciadas, para evitar que a organização social no seu conjunto tenha que encarar separadamente cada pequena unidade, que efectuar para cada uma todos os cálculos correspondentes. Mas todas estas formas de organização não podem ser imaginadas antecipadamente; serão concebidas e realizadas pelos produtores quando estes a tal se virem impelidos pelas necessidades práticas.

Capítulo 7 - A Organização dos Conselhos

O sistema social aqui tratado poderia ser designado por comunismo não fosse o caso de esta palavra ser

utilizada na propaganda mundial do «Partido comunista» para denominar o seu sistema de socialismo de Estado, sob uma ditadura do partido. Mas que importa um nome? Sempre se abusou dos nomes para enganar as massas; os sons familiares impedem-nas de pensar numa forma crítica e de apreciar a realidade com clareza. Portanto, em vez de procurarmos o nome que mais convém, será sim de maior utilidade examinar mais de perto a característica principal do sistema: a organização dos conselhos.

Os conselhos operários constituem a forma de auto-governação que substituirá, no futuro, as formas de governo do velho mundo. Não para sempre, bem entendido; nenhuma destas formas é eterna. Quando a vida e o trabalho em comunidade constituem uma maneira normal de existir, quando a humanidade controla inteiramente a sua própria vida, a necessidade cede o lugar à liberdade e as regras estritas de justiça estabelecidas anteriormente convertem-se num comportamento espontâneo. Os conselhos operários constituem a forma de organização desse período de transição durante o qual a classe operária luta pelo poder, destrói o capitalismo e organiza a produção social. Para conhecermos o seu verdadeiro carácter, será útil compara-los às formas existentes de organização e de governo, que o hábito apresenta ao juízo público como coisas evidentes.

As comunidades, demasiado amplas para se reunirem numa assembleia única, resolvem sempre os seus problemas através de representantes, de delegados. Assim, os cidadãos das cidades livres da Idade Média governavam-se através de conselhos de cidade e as burguesias de todos os países modernos possuem o seu parlamento, a exemplo da Inglaterra. Quando falamos de administração das coisas públicas por delegados eleitos, é sempre nos parlamentos que estamos a pensar; é portanto sobretudo com os parlamentos que teremos de comparar os conselhos operários se quisermos descobrir os seus aspectos essenciais. É evidente que dadas as grandes diferenças existentes tanto entre as classes como entre os objectivos, os corpos representativos correspondentes terão que ser, eles também, essencialmente diferentes.

Esta diferença salta desde logo à vista: os conselhos operários ocupam-se do trabalho e têm que regular a produção, ao passo que os parlamentos são corpos políticos que discutem e decidem as leis e os assuntos do Estado. A política e a economia não são contudo campos inteiramente separados. Em regime capitalista, o Estado e o parlamento tomam as medidas e promulgam as leis necessárias ao bom andamento da produção; garantem a segurança dos negócios, a protecção do comércio, da indústria, das trocas e das deslocações tanto no interior como no estrangeiro; garantem ainda a administração da justiça, a emissão de moeda e a uniformidade dos pesos e medidas. E as suas tarefas políticas que, à primeira vista, não parecem ligadas a actividade económica, estão relacionadas com as condições gerais da sociedade, com as relações entre as diversas classes, que constituem a base do sistema de produção. Assim, a política, a actividade dos parlamentos, pode, num sentido lato, ser considerada como um auxiliar da produção.

Onde reside pois, em regime capitalista, a distinção entre política e economia? As relações entre elas são as mesmas que existem entre a regulamentação geral e a prática concreta. O papel da política consiste em criar as condições sociais e legais nas quais o trabalho produtivo possa realizar-se regularmente, sendo este mesmo trabalho uma tarefa dos cidadãos. Deste modo, existe uma divisão do trabalho. A regulamentação geral, embora constitua uma base necessária, não é mais do que uma parcela ínfima da actividade social, um acessório do trabalho propriamente dito, e pode ser deixada a cargo duma minoria de políticos dirigentes. O próprio trabalho produtivo, base e conteúdo da vida social, é composto pelas actividades separadas de numerosos produtores e absorve inteiramente as suas vidas. A parte essencial da actividade social é a tarefa pessoal. Se cada um se ocupar do seu trabalho pessoal e cumprir a sua tarefa, a sociedade no seu conjunto funcionará bem. De tempos a tempos, a intervalos regulares, na altura das eleições legislativas, os cidadãos terão que voltar a sua atenção para as regulamentações gerais. Somente em épocas de crise social, de decisões importantes e de controvérsia severa, de guerra civil e de

revolução, é que a massa dos cidadãos terá que consagrar todo o seu tempo e forças a estas regulamentações gerais. Uma vez resolvidas as questões fundamentais, os cidadãos poderão regressar às suas ocupações específicas, e abandonar uma vez mais essas tarefas gerais a um número reduzido de especialistas, aos juristas e aos políticos, ao parlamento e ao governo.

Completamente diferente é a organização da produção comum pelos conselhos operários. A produção social não se encontra dividida numa série de empresas separadas, cada uma das quais é obra limitada duma pessoa ou dum grupo; constitui antes uma totalidade coerente, objecto de atenção para todos os trabalhadores, ocupando os espíritos destes enquanto tarefa comum a toda a gente. A regulamentação geral deixa de ser uma questão acessória, a cargo dum pequeno grupo de especialistas; passa a constituir o problema principal, exigindo a atenção conjugada de todos. Deixa de haver separação entre política e economia, outrora actividades quotidianas, por um lado, dum corpo de especialistas, por outro, da massa dos trabalhadores. Para a comunidade indivisa dos produtores, política e economia fundiram-se; existe uma unidade entre a regulamentação geral e o trabalho prático de produção. Esta totalidade constitui o objectivo essencial de toda a gente.

Esta característica vai reflectir-se em toda a prática. Os conselhos não governam, transmitem as opiniões, as intenções, a vontade dos grupos de trabalho. Não, evidentemente, como moços de recados indiferentes que entregam passivamente cartas e mensagens cujo conteúdo desconhecem. Eles tomaram parte nas discussões, distinguiram-se como ardentes porta-vozes das opiniões que prevaleceram; de tal modo que, como delegados dum grupo, não são capazes de defender as suas ideias na reunião do conselho, como são ainda suficientemente imparciais para se abrirem a outros argumentos, e para apresentarem ao seu grupo opiniões passíveis duma mais ampla audiência. Os conselhos constituem portanto os órgãos da discussão e comunicação sociais.

A prática parlamentar situa-se exactamente no oposto. Os delegados terão que tomar decisões sem consultar os seus eleitores, sem estarem amarrados a um mandato. O deputado, para conservar a fidelidade dos seus mandantes pode dignar-se falhar-lhes e expor-lhes a sua linha de conduta, mas fá-lo enquanto senhor dos seus próprios actos. Ele vota como a sua consciência e a sua honra lho impõem, de acordo com as suas próprias opiniões. É perfeitamente natural: é ele o especialista em matéria política, em matéria legislativa, e não pode deixar-se guiar por directivas de pessoas ignorantes. A função destas últimas é a produção, as diversas ocupações específicas; a dele, é a política, as regulamentações gerais. Ele terá que se guiar por grandes princípios políticos, e não deixar-se influenciar pelo egoísmo mesquinho dos interesses privados dos seus mandantes. É assim que, no capitalismo democrático, se torna possível para políticos eleitos por uma maioria de trabalhadores servirem os interesses da classe capitalista.

Os princípios do parlamentarismo criaram também as suas raízes no movimento operário. Nas organizações sindicais de massas ou em organizações políticas gigantes como o partido social-democrata alemão, os dirigentes agiam como uma espécie de governo com poderes sobre os membros, e os seus congressos anuais assumiam as características de parlamentos. Os seus dirigentes, para realçarem a sua importância, designavam-nos com orgulho parlamentos do trabalho; os observadores críticos, por seu lado, chamavam a atenção para o facto da luta de facções, a demagogia dos dirigentes, as intrigas de corredor, serem os sinais dessa degenerescência surgida já nos verdadeiros parlamentos. E na verdade, dado o seu aspecto fundamental, era de parlamentos que se tratava. Não no início, quando os sindicatos eram pequenos e os seus devotados membros faziam eles próprios todo o trabalho, quase sempre gratuitamente; mas com o aumento dos efectivos acabou por se verificar a mesma divisão de trabalho existente na sociedade em geral. As massas trabalhadoras deviam voltar toda a sua atenção para os seus interesses pessoais específicos, para a forma de encontrar e conservar um emprego. Esta a ocupação principal das suas vidas e dos seus espíritos; só duma forma muito geral e que elas tinham, para além disso de decidir, através do voto, dos seus interesses comuns de classe e de grupo. O pormenor da prática

era deixado aos especialistas, aos funcionários dos sindicatos e aos dirigentes dos partidos, que sabiam como lidar com os patrões capitalistas e com os ministros. E além disso, apenas uma minoria de dirigentes locais se encontrava suficientemente familiarizada com estes interesses gerais para poder ser enviada na qualidade de delegação aos congressos onde, a despeito dos mandatos muitas vezes imperativos, cada um votava na realidade segundo o seu próprio critério.

Na organização dos conselhos, o domínio dos delegados sobre os seus mandantes desaparece, uma vez que desapareceu também a própria base deste domínio, a divisão de tarefas. Nessa altura, a organização social do trabalho obriga cada operário a dedicar toda a sua atenção à causa comum, à totalidade da produção. Tal como anteriormente, a produção daquilo que é necessário à vida como base da própria vida, ocupa inteiramente o espírito. Mas não se trata já da preocupação de cada um com sua própria empresa, com o seu próprio emprego, em concorrência com os outros, porque a vida e a produção só podem ser asseguradas na colaboração entre companheiros através do trabalho colectivo. Este trabalho colectivo domina assim o pensamento de cada um. A consciência da comunidade constitui o fundo e a base de todo e qualquer sentimento, de todo e qualquer pensamento.

Trata-se duma revolução total na vida espiritual do homem. Ele aprende a olhar para a sociedade, sabe o que é a comunidade na sua essência. Antes, em regime capitalista, a sua visão limitava-se àquilo que dizia respeito aos seus negócios, ao seu trabalho, a sua família e a si próprio. Não podia ser doutra forma, já que disso dependia a sua existência. Para ele a sociedade não passava dum plano de fundo obscuro e desconhecido, por detrás do seu pequeno mundo visível. E, evidentemente, sofria o efeito dessas forças poderosas que determinavam o êxito ou o fracasso do seu trabalho. Mas, guiado pela religião, era levado a ver nessas forças a obra de poderes supremos sobrenaturais. No mundo dos conselhos operários, pelo contraio, a sociedade surge à luz do dia, transparente e conhecível; a estrutura do processo social do trabalho não mais se encontra dissimulada aos olhos do homem, cujo olhar abarca a produção na sua totalidade; é isso que se torna necessário à sua vida, à sua existência. A produção social transforma-se então em finalidade duma organização consciente. A sociedade passa a estar nas mãos do homem; ele age sobre ela, e por isso compreende a sua natureza essencial. É assim que o mundo dos conselhos operários opera a transformação do espírito.

Em regime parlamentar, que é o sistema político correspondente às empresas independentes, o povo é formado por uma multidão de pessoas separadas; na melhor das hipóteses, segundo a teoria democrática, cada um proclama-se investido dos mesmos direitos naturais. Para a eleição dos delegados, as pessoas são agrupadas segundo a sua residência, em circunscrições. Nos primeiros tempos do capitalismo, era possível a existência de uma certa comunidade de interesses entre vizinhos duma mesma cidade ou duma mesma aldeia, coisa que se foi tornando cada vez mais, à medida que o capitalismo se desenvolvia, em ficção desprovida de sentido. Os artesãos, os comerciantes, os capitalistas, os operários que habitam o mesmo bairro têm interesses diferentes e opostos; votam em geral em partidos diferentes, e é uma maioria de acaso que vem a sair vencedora. Se bem que a teoria parlamentar considere o eleito como o representante duma circunscrição, é evidente que estes eleitores não constituem um grupo que o delegou para representar os seus desejos.

A este nível, a organização dos conselhos é absolutamente o oposto do parlamentarismo. São os grupos naturais, os operários que trabalham juntos, o pessoal duma empresa, que agem na qualidade de unidades e designam os seus delegados. Estes grupos podem encontrar no seu próprio seio representantes efectivos e porta-vozes, uma vez que possuem interesses comuns e que fazem parte dum todo na praxis da vida quotidiana. A democracia completa realiza-se na igualdade de direitos de todos aqueles que participam no trabalho. Evidentemente que aqueles que se situam à margem do trabalho não têm a palavra no tocante à organização deste mesmo trabalho. Não se pode considerar como uma falha de democracia que, neste mundo em que os grupos no seio dos quais todos colaboram se governam a si próprios, aqueles que não se

interessam pelo trabalho - e o capitalismo legará muitos, exploradores, parasitas, senhorios - não participem nas decisões.

Há setenta anos atrás, Marx assinalava que entre o reinado do capitalismo e a organização final duma humanidade livre, haveria um período de transição durante o qual a classe operária seria senhora da sociedade, mas sem que a burguesia tivesse ainda desaparecido. Designava ele este estado de coisas por ditadura do proletariado. Na sua época, esta palavra não possuía ainda a ressonância sinistra que lhe conferiram os sistemas modernos de despotismo, e era impossível usá-la abusivamente para significar a ditadura de um partido no poder, como aconteceu mais tarde na Rússia. Significava unicamente a transferência do domínio da sociedade da classe capitalista para a classe operária. Mais tarde, pessoas inteiramente conquistadas pelas ideias do parlamentarismo tentaram materializar esta concepção retirando às classes possuidoras a liberdade de constituírem agrupamentos políticos. É evidente que esta violação do sentimento instintivo da igualdade de direitos era contrária à democracia. Vemos hoje que a organização dos conselhos realiza na prática aquilo que Marx antecipara em teoria, mas cuja forma concreta era impossível de conceber nessa época. Quando a produção se encontra organizada pelos próprios produtores, a classe exploradora de outrora vê-se automaticamente excluída da participação nas decisões, sem quaisquer outras formalidades. A concepção de Marx da ditadura do proletariado surge como idêntica a democracia operária da organização dos conselhos.

Esta democracia operária não tem nada de comum com a democracia política do sistema social precedente. Aquilo a que se chamou democracia política do capitalismo era um simulacro de democracia, um sistema hábil concebido para ocultar o domínio real exercido sobre o povo por uma minoria dirigente. A organização dos conselhos é uma democracia real, a democracia dos trabalhadores, na qual os operários são senhores do seu trabalho. Na organização dos conselhos, a democracia política desaparece porque desaparece a própria política, cedendo o lugar a economia socializada. A vida e o trabalho dos conselhos, formados e animados pelos operários, órgãos da sua cooperação, consistem na gestão prática da sociedade, orientada pelo conhecimento, pelo estudo permanente e por uma atenção firme.

Todas as medidas são tomadas num processo de trocas constantes, por deliberação no seio dos conselhos e discussão nos grupos e locais de trabalho através de acções nesses mesmos locais de trabalho e de decisões tomadas nos conselhos. Aquilo que é atingido em tais condições jamais poderia sê-lo por encomenda vinda de cima, ou por uma ordem exprimindo a vontade de um governo. A fonte de tais medidas é a vontade comum de todos aqueles em causa, porque a acção é baseada na experiência e no conhecimento do trabalho de todos, e vai influenciar profundamente a vida de Cada um. As decisões só poderão ser executadas se as massas as considerarem como uma emanção da sua própria vontade; não haverá nenhum constrangimento exterior a fazer com que sejam respeitadas, pela simples razão de que uma tal força não existe. Os conselhos não são um governo; mesmo os conselhos mais centralizados não possuem um carácter governamental, pois não detém qualquer instrumento capaz de impôr a sua vontade às massas; não possuem órgãos de poder. Todo o poder social pertence aos próprios trabalhadores. Onde quer que o exercício do poder se venha a impôr - contra perturbações ou ataques a ordem existente - emanará das colectividades operárias nas próprias oficinas e permanecerá sob o seu controle.

No decurso de toda a era civilizada e até aos nossos dias, os governos revelaram-se necessários como instrumentos que permitem à classe dirigente conservar as massas exploradas sob a sua alçada. Foram assumindo igualmente funções administrativas cada vez mais importantes; mas o seu carácter principal, de forma orgânica do poder, era determinado pela necessidade de manter um domínio de classe. Ao desaparecer esta necessidade, desaparece igualmente o seu instrumento. O que se conserva é a administração, que é uma espécie de trabalho como tantas outras, tarefa dum tipo específico de trabalhadores; aquilo que substitui o governo é o espírito de vida da organização, a discussão constante entre os operários, que pensam em comum na sua causa comum. O que impõe o cumprimento das

decisões dos conselhos é a autoridade moral destes. E numa sociedade deste tipo a autoridade moral possui uma força bem mais rigorosa que as ordens ou a coacção dum governo.

Na época dos governos acima do povo, quando o poder político teve de ser concedido aos povos e aos seus parlamentos, existia uma separação do poder legislativo e do poder executivo do governo; às vezes, mesmo, o poder judicial constituía ainda um terceiro poder independente. A função dos parlamentos era legislar, mas a aplicação, a execução das leis, a administração quotidiana estavam reservadas a um pequeno grupo privilegiado de dirigentes.

Na comunidade de trabalho da nova sociedade, esta distinção desaparece. Decisão e execução estão intimamente ligadas; aqueles que executam o trabalho decidem, e aquilo que decidem em comum, põe-no em prática em comum. Quando se trata de grandes massas, serão os conselhos os seus órgãos de decisão. No primeiro caso, quando a função executiva estava confiada a organismos centrais, era a estes que era conferida a capacidade de comando, deviam constituir-se em governos; no segundo caso quando a tarefa executiva cabe às próprias massas, deixará de existir esta necessidade e os conselhos não terão este carácter de governos. Além disso de acordo com os problemas que se põem e com as questões que irão constituir objecto de decisão, serão pessoas diferentes a serem delegadas para dela se ocuparem. No campo da própria produção, cada empresa deverá não só organizar cuidadosamente o seu sector de actividade, como terá também que criar ligações horizontais com as empresas similares, verticais com as que lhe fornecem as matérias-primas e com as que utilizam os seus produtos. Nesta dependência mútua e nesta ligação entre empresas, no seu elo com outros ramos da produção, os conselhos, que são os órgãos de discussão e de decisão, abrangerão sectores cada vez mais extensos, até à organização central da totalidade da produção. Por outro lado, a organização e o consumo, a distribuição de todos os bens necessários, exigirá os seus próprios conselhos de delegados de todos os interessados e assumirá um carácter predominantemente local ou regional.

A par desta organização da vida material da comunidade humana, depara-se-nos o vasto campo das actividades culturais e daquelas, não directamente produtivas, que constituem para a sociedade uma necessidade primordial, como por exemplo, a educação das crianças e o cuidado com a saúde de todos. Também aqui reina um mesmo principio: o da auto-organização destes sectores de trabalho por aqueles que executam esse trabalho. Parece absolutamente natural que sejam aqueles que participam activamente quer nos cuidados com a saúde da comunidade, quer na organização da educação, isto é, o pessoal sanitário e os professores, a regular e a organizar o conjunto destes serviços, através das suas associações. Em regime capitalista quando se viam obrigados a viver das doenças que afligem os homens ou da educação das crianças, a sua ligação á sociedade em geral assumia a forma, quer duma profissão competitiva, quer duma aplicação das ordens dum governo. Na nova sociedade, devido aos laços muito mais estreitos que unem a saúde e a educação com o trabalho, regularão as suas funções de modo a que os seus conselhos permaneçam em contacto estreito e colaborem constantemente entre si e com os outros conselhos operários.

Há que realçar aqui que a vida cultural, campo das artes e das ciências, se encontra, pela sua própria natureza, tão intimamente ligada a inclinação e ao esforço individuais, que só a livre iniciativa de pessoas não esmagadas pelo peso de um incessante labor pode assegurar o respectivo florescimento. Esta verdade não poderá ser refutada pelo facto de, no decorrer dos séculos de sociedade de classes, os princípios e os governos terem protegido as artes e a ciência, a fim, evidentemente, delas se servirem para a sua glória e para a manutenção do seu domínio. Duma maneira geral, existe, tanto no tocante as actividades culturais como a qualquer outra actividade não produtiva ou produtiva, uma disparidade fundamental entre uma organização imposta de cima por um corpo dirigente, e uma organização obtida na livre colaboração de colegas e de camaradas. Uma organização dirigida centralmente implica uma regulamentação o mais possível uniforme: sem isso, não poderia ser concebida e dirigida por um organismo central. Na

regulamentação autónoma elaborada por todos os interessados, a iniciativa dum grande número de especialistas atentamente debruçados sobre o seu trabalho, o aperfeiçoamento através de estímulos e de relações constantes, a iniciação e as permutas de pontos de vista deverão ter por resultado uma grande diversidade de meios e de possibilidades. A vida espiritual, se depende da autoridade central dum governo, cai forçosamente numa insipidez monótona; se for inspirada ela livre espontaneidade do impulso humano das massas, desenvolver-se-á dentro duma diversidade notável. O princípio dos conselhos permite encontrar formas apropriadas de organização. A organização dos conselhos tece assim, no seio da sociedade, uma rede de corpos diversificados, trabalhando em colaboração e regulando a sua vida e o seu progresso de acordo com a sua livre iniciativa. E tudo o que é discutido e decidido nos conselhos extrai a sua autêntica força da compreensão, da vontade, da acção da humanidade laboriosa.

Capítulo 8 - Crescimento

No momento em que na difícil luta contra o Capital, durante a qual crescem e se desenvolvem os conselhos operários, a classe operária atinge a vitória, inicia a sua tarefa: a organização da produção.

Naturalmente que temos consciência de que a vitória não será um acontecimento único que encerra a luta e inaugura o período seguinte de reconstrução. Sabemos que a luta social e a construção económica não irão estar separadas, mas antes associadas como uma serie de sucessos na luta e na preparação da nova organização, interrompidas talvez por períodos de estagnação ou de reacção social. Os conselhos operários que se desenvolverão como órgãos de combate, serão ao mesmo tempo órgãos de reconstrução. No entanto, para uma maior clareza, distinguiremos estas duas tarefas como se de coisas separadas se tratasse, sobrevivendo uma a seguir à outra. A fim de apreendermos a verdadeira natureza da transformação da sociedade, teremos que a encarar de forma esquemática, como um processo uniforme contínuo iniciado «no dia seguinte ao da vitória».

Assim que os trabalhadores se tornam senhores das fábricas e da sociedade, começam a pôr as máquinas em funcionamento. Eles sabem que se trata duma tarefa urgente; a primeira das necessidades é sobreviver, e a própria vida deles - a vida da sociedade - depende do seu trabalho. Originada no caos do capitalismo em ruína, a primeira ordem operária tem que ser criada através dos conselhos. Inúmeras dificuldades se porão; resistências de toda a ordem terão que ser ultrapassadas, nascidas da hostilidade, da incompreensão, da ignorância. Mas novas forças insuspeitadas acabarão por surgir: as do entusiasmo, do devotamento, da clarividência. A hostilidade terá de ser derrotada por meio duma acção resoluta. A incompreensão terá que ser dissipada por uma persuasão paciente, a ignorância, ultrapassada por uma propaganda e um trabalho de ensino constantes. Através de relações cada vez mais estreitas entre as oficinas, por inclusão de sectores de produção cada vez mais vastos, através de estimativas e de contas cada vez mais precisas na planificação, o processo de produção irá sendo dia a dia melhor controlado. É assim, passo a passo, que a economia social se irá transformando numa organização conscientemente controlada, capaz de assegurar a todos o necessário a vida.

O papel dos conselhos operários não se reduz à realização deste programa. Pelo contrário, isso não passa duma introdução ao seu trabalho real, mais importante e mais vasto. É então que se inicia um período de desenvolvimento rápido. Assim que os operários se sintam senhores do seu trabalho, livres para revelarem as suas capacidades, manifestarão a vontade decidida de acabar com toda a miséria e indignidade, de pôr fim às insuficiências e aos abusos, de destruir toda a pobreza e a barbárie que, herdadas do capitalismo, humilham a Terra. Haverá que recuperar dum enorme atraso; aquilo que as massas obtinham era muito pouco relativamente ao que poderiam e deveriam ter conseguido nas condições existentes. Quando elas tiverem possibilidade de satisfazer as suas necessidades, estas elevar-se-ão a um nível superior; o nível de cultura dum povo avalia-se pela extensão e quantidade das suas exigências perante a vida. Utilizando simplesmente os meios e métodos de trabalho existentes, a quantidade e qualidade das habitações, da alimentação, do vestuário, postos à disposição de todos, podem ser elevados a um nível que corresponda à

produtividade existente do trabalho. Toda a força produtiva que, na sociedade precedente, era desperdiçada ou utilizada para o luxo dos dirigentes, poderá então servir para satisfazer as necessidades aumentadas das massas. Deste modo, e será a primeira inovação desta sociedade, assistiremos ao aparecimento duma prosperidade geral.

Contudo, os trabalhadores terão igualmente, desde o início, que dirigir a sua atenção para o atraso dos métodos de produção. Não aceitarão verem-se esmagados pela fadiga por utilizarem ferramentas primitivas e métodos de trabalho ultrapassados. Se se melhorarem os métodos e as máquinas pela aplicação sistemática de todas as invenções e descobertas conhecidas no campo da técnica e da ciência, a produtividade do trabalho poderá ser consideravelmente aumentada. Estas técnicas mais aperfeiçoadas tornar-se-ão acessíveis a toda a gente; integrando no trabalho produtivo todos aqueles que até aí não faziam mais do que desperdiçar as suas forças no lamaçal do pequeno comércio, ou como empregados domésticos em casa dos ricos, porque o capitalismo não tinha emprego para eles, poder-se-á determinar o número de horas de trabalho necessárias para cada um. Será pois um período de intensa actividade criadora. Esta provirá da iniciativa dos produtores competentes no seio das empresas; mas só se tornará efectiva através duma deliberação constante, da colaboração, da inspiração mútua e da emulação. Deste modo, os órgãos de colaboração - os conselhos - estarão constantemente em acção. Nesta construção e organização novas dum aparelho de produção sempre melhor, os conselhos operários, fibras nervosas da sociedade, terão a possibilidade de desenvolver plenamente os seus recursos. Enquanto que a abundância, a prosperidade universal, representam o lado passivo da nova vida, o seu lado activo - a renovação do próprio trabalho - faz da vida uma mais perfeita experiência criadora.

O aspecto da vida social modifica-se totalmente. Também a aparência mais exterior sofre modificação: o meio que nos cerca e os objectos testemunham pela sua harmonia e beleza do carácter nobre do trabalho que os moldou. Aquilo que afirmava William Morris acerca das profissões do passado, com as suas ferramentas simples - que a beleza dos produtos provinha do facto do trabalho ser uma alegria para o homem - esta a razão porque desapareceu com a fealdade do capitalismo - voltará a verificar-se, mas tratar-se-á então dum maior grau de controle das técnicas mais aperfeiçoadas. William Morris amava a ferramenta do artesão e detestava a máquina do capitalista. Para o trabalhador livre do futuro, o manejo duma máquina perfeitamente construída provocará uma tensão profunda, constituirá uma fonte de exaltação mental, de alegria para o espírito, de beleza intelectual.

A técnica transforma o homem em livre senhor da sua vida e do seu destino. A técnica, que atingiu o seu estado de desenvolvimento actual através dum doloroso processo de crescimento durante milhares de anos de trabalho e de luta, suprimirá a fome e a pobreza, o trabalho pesado e toda a espécie de escravatura. A técnica coloca as forças da natureza ao serviço do homem e das suas necessidades. O desenvolvimento das ciências da natureza abre ao homem novas formas e novas possibilidades de vida, de tal modo ricas e variadas que ultrapassam de longe aquilo que hoje nos é dado imaginar. Mas a técnica por si só não basta. É necessário que seja pertença duma humanidade que se entregou conscientemente, por sólidos laços de fraternidade, à construção duma comunidade de trabalho que controle a sua própria vida. Indissolúvelmente ligadas, a técnica como fundamento material e força visível, e a comunidade como fundamento ético e consciência, ditam a renovação total do trabalho.

E o próprio homem se irá modificando juntamente com o seu trabalho. Apoderar-se-á dele um novo sentimento, um sentimento de segurança. Enfim, a humanidade ver-se-á liberta dessa inquietação que tortura a existência. Nos séculos decorridos desde o estado selvagem das origens até a civilização moderna, jamais a vida foi segura. O homem não era senhor da sua subsistência. Sempre existiu, mesmo nos períodos de maior prosperidade, um receio silencioso em relação ao futuro, escondido no subconsciente, por detrás da ilusão dum bem-estar perpetuo. Esta ansiedade habitava o mais fundo dos corações como uma opressão permanente, pesando seriamente nos espíritos e impedindo um pensamento

livre. Para nós, que vivemos sob esta pressão, é impossível imaginar a modificação profunda na perspectiva, na visão do mundo, no carácter, que se operará com o desaparecimento de toda e qualquer ansiedade relacionada com a vida. As velhas ilusões e superstições, que anteriormente se destinavam a manter uma humanidade espiritualmente indefesa, acabarão por desaparecer. Agora que o homem se sente verdadeiramente seguro de ser o senhor da sua vida, serão substituídas por um conhecimento acessível a todos, pela beleza intelectual duma visão total e científica do mundo.

Mais ainda que no próprio trabalho, será na preparação do trabalho futuro, na educação e na formação das gerações seguintes, que a transformação e o novo carácter da vida se revelarão. Compreende-se claramente que tendo cada tipo de organização da sociedade o seu sistema específico de educação adaptada às suas necessidades, essa transformação fundamental no sistema de produção terá de ser imediatamente acompanhada duma transformação igualmente fundamental na educação. Na economia doméstica, no mundo do caseiro e do artesão, a família, com a sua divisão natural do trabalho, constituía o elemento de base da sociedade e da produção. As crianças iam crescendo e aprendendo os métodos de trabalho, participando gradualmente nesse trabalho. Mais tarde, em regime capitalista, a família perdeu a sua base económica, uma vez que o trabalho produtivo foi sendo progressivamente transferido para as fábricas. O trabalho transformou-se num processo social com uma base teórica mais ampla; como consequência, tornaram-se indispensáveis conhecimentos mais vastos e uma educação mais intelectual. Abriram-se as escolas que conhecemos: massas de crianças educadas em casa, em lares isolados, sem contacto orgânico com o trabalho, afluíram a essas escolas para nelas adquirirem os conhecimentos abstractos necessários à sociedade, mas mais uma vez sem existir uma ligação directa com o trabalho vivo. E, bem entendido, esta educação difere de classe social para classe social. Aos filhos da burguesia, aos futuros administradores e intelectuais, é garantida uma boa formação científica e teórica que lhes permita dirigir e governar a sociedade. Aos filhos dos camponeses e dos operários, o mínimo indispensável: a leitura, a escrita, o cálculo necessários ao seu trabalho, e também a história e a religião para os manter obedientes e respeitosos para com os seus senhores e dirigentes. Alguns teóricos autores de manuais de pedagogia, ignorando as bases capitalistas deste estado caduco que julgam duradouro, tentam em vão explicar e aplanar os conflitos originados nesta separação entre o trabalho produtivo e a educação, na contradição entre o isolamento familiar e o carácter social da produção.

No mundo novo da produção em regime de colaboração, estas contradições desaparecem e é restaurada a harmonia entre a vida e o trabalho numa base alargada a toda a sociedade. A juventude aprende os métodos de trabalho e aquilo que constitui a base destes participando gradualmente no processo de produção; não no isolamento da família, já que a tarefa de prover as necessidades da vida é assumida pela comunidade; a família perde, para além do seu papel de unidade de produção, o de unidade de consumo. A vida comunitária, que corresponde às tendências predominantes das próprias crianças, assume um papel bem mais importante; abandonando os seus lares restritos, as crianças passam a ter acesso ao ar livre da sociedade. A combinação híbrida casa-escola cede o lugar a comunidades de crianças, controlando uma parte importante das suas próprias vidas, sob a direcção atenta de educadores adultos. A educação, em lugar de ser um processo passivo em que se abordam conhecimentos vindos de cima, transforma-se numa actividade essencialmente pessoal, dirigida para o trabalho social e a ele ligada. Os sentimentos sociais ainda vivos em toda a gente como herança dos tempos primitivos, mas especialmente fortes nas crianças, poderão então expandir-se sem serem reprimidos pelo egoísmo necessário a luta pela vida em regime capitalista.

As formas de educação são portanto determinadas pela actividade da comunidade e de cada um, e os seus conteúdos dependem da natureza do sistema de produção para o qual ela fornece uma preparação. Ora, este sistema, sobretudo durante o século passado, tem assentado cada vez mais na aplicação da ciência à técnica. A ciência permitiu ao homem o domínio das forças da natureza; um tal domínio tornou possível a revolução social e determina a base da nova sociedade. Os produtores podem passar a ser senhores do seu trabalho, da produção, na condição de dominarem esta ciência. Daqui que as novas gerações devam ser

ensinadas antes de tudo as ciências da natureza e as respectivas aplicações. A ciência não será mais, como era em regime capitalista, monopólio dum pequeno número de intelectuais, e deixará de haver massas sem instrução, reduzidas a actividades subalternas. A ciência na sua totalidade estará ao alcance de toda a gente. Em lugar da divisão entre trabalho unilateralmente manual e trabalho unilateralmente intelectual, cada um específico duma classe, existirá para cada um uma união harmoniosa do trabalho manual e intelectual, coisa que é igualmente indispensável para o ulterior desenvolvimento da produtividade do trabalho, já que esta depende do progresso da ciência e da técnica que formam a sua base. A criação de conhecimentos e a sua aplicação ao trabalho deixarão de ser tarefa apenas duma minoria de intelectuais, para passarem a estar a cargo das pessoas inteligentes de todo um povo, preparadas através duma educação extremamente atenta. É de esperar que a um tal ritmo de desenvolvimento da ciência e da técnica, o progresso tão louvado em regime: capitalista venha a parecer um pálido começo.

Existe, em regime capitalista, uma diferença característica entre o trabalho dos jovens e o dos adultos. À juventude compete aprender, aos adultos compete trabalhar. É evidente que enquanto os operários continuarem a esforçar-se ao serviço de outrém - com uma finalidade contrária ao seu próprio bem-estar a satisfação - para produzirem um máximo de lucro para o Capital, toda a capacidade terá, logo que adquirida, que ser consumida até aos últimos limites do tempo e da força. O tempo dum operário não pode ser desperdiçado a aprender sempre coisas novas. Muito poucos têm a possibilidade ou a obrigação de se irem instruindo regularmente durante a vida. Na nova sociedade esta diferença desaparece. Por um lado, a educação durante a juventude consiste em ir participando progressivamente, duma forma proporcional à idade, no trabalho produtivo. Por outro, dado o incremento da produtividade e a ausência de exploração, os adultos terão cada vez mais tempo disponível para actividades intelectuais. Isto permitir-lhes-á conservarem-se ao corrente do rápido desenvolvimento dos métodos de trabalho, o que, na realidade, lhes é necessário. Só lhes é possível participar nas discussões e nas decisões se estiverem capacitados para estudar os problemas técnicos que continuamente atraem e estimulam a sua atenção. A grande expansão da sociedade através do desenvolvimento técnico e científico, da segurança e da abundância, do domínio sobre a natureza e sobre a vida, só poderá ser assegurado pelo aumento das capacidades e dos conhecimentos de todos os associados. Confere à vida um conteúdo novo, de actividade vibrante, eleva a existência transformando-a em alegria consciente, a alegria duma participação ardente no progresso espiritual e prático do novo mundo.

A estas ciências da natureza virão acrescentar-se as novas ciências da sociedade inexistentes em regime capitalista. A característica específica do novo sistema de produção é que o homem passa a dominar as forças sociais que determinam as suas ideias e os seus impulsos. Este domínio de facto terá que buscar a sua expressão num domínio teórico, no conhecimento dos fenómenos e das forças determinantes da actuação e da vida humanas, do pensamento e da sensibilidade. Nas épocas que nos precederam, quando a origem social destas forças era desconhecida, em virtude da ignorância a respeito da sociedade, o seu poder era atribuído ao carácter sobrenatural do espírito, a um misterioso poder do pensamento, e as disciplinas correspondentes, as ditas humanidades, viram atribuir-se-lhes o rótulo de «ciências do espírito» (ciências humanas): psicologia, filosofia, ética, história, estética. Como acontece com todas as ciências, estavam inicialmente cheias de tradições e de místicas primitivas; mas contrariamente às ciências da natureza, a sua ascensão a um nível verdadeiramente científico foi impedida pelo capitalismo. Era-lhes impossível encontrar um terreno sólido uma vez que no mundo capitalista elas partiam do ser humano isolado, com o seu espírito individual, e que, nessa época de individualismo, se desconhecia que o homem é essencialmente um ser social, que todas as suas faculdades emanam da sociedade e são por ela determinadas. Mas a partir do momento em que a sociedade se revela aos olhos do homem como um organismo constituído por seres humanos ligados entre si, e em que o espírito humano é considerado como o órgão principal das suas relações, passarão a poder desenvolver-se como autênticas ciências.

E a importância prática destas ciências para a nova comunidade não é menor do que a das ciências da natureza. Elas estudam as forças que residem no homem, que determinam as suas relações com os outros

homens e com o mundo, que inspiram as suas acções na vida social, e que se manifestam nos acontecimentos históricos, passados e presentes. Sob a forma de paixões poderosas e de tendências cegas, estas forças tiveram o seu papel nas grandes lutas sociais, levando por vezes o homem a actuações vigorosas, mantendo-o outras vezes numa submissão apática através de tradições igualmente cegas, e permaneceram sempre como espontâneas, incontroladas, desconhecidas. A nova ciência do homem e da sociedade, ao descobrir estas forças, torna o homem capaz de as controlar através dum conhecimento consciente. De forças soberanas dominando a humanidade pelos seus instintos passivos, passam à situação de servidoras submetidas ao controle pessoal e por este dirigidas em função de objectives claramente equacionados.

Instruir a geração vindoura na consciência destas forças sociais e espirituais, prepará-la para a orientação consciente delas, será uma das tarefas principais de educação da nova sociedade. A juventude ficará assim apta a desenvolver todos os dons de paixão e de vontade, de inteligência e de entusiasmo, e a utilizá-los numa actividade eficaz. Trata-se simultaneamente de formação de carácter e de transmissão de conhecimentos. Esta educação atenta, tanto teórica como prática, da nova geração, voltada ao mesmo tempo para as ciências sociais e para a consciência social, constituirá um elemento essencial do novo sistema de produção. Só assim se poderá assegurar um progresso sem entraves da vida social. E será também deste modo que o sistema de produção se irá desenvolvendo e assumindo formas progressivamente melhores. Assim, através do domínio teórico das ciências da natureza e da sociedade e da sua aplicação prática ao trabalho e a vida, os trabalhadores farão da Terra a morada plena de alegria duma humanidade livre.